

ANEXO I

Revisão e atualização das demandas de regulação profissional no Legislativo, a partir da base de dados “Projetos de Lei e Outras Proposições” / Câmara dos Deputados.

Anexo I.1 - Demandas de regulação profissional no Legislativo – 1970 - 2005

MEDICINA

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
1970	2331/1970	Sinval Boaventura ARENA/MG	Inclui novas categorias profissionais na alínea 'b' do artigo segundo da lei 3999, de 15 de dezembro de 1961 que altera o salário-mínimo dos médicos e cirurgiões dentistas.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 30 10 70 PAG 5229 COL 03.
1971	234/1971	Siqueira Campos NINI	Fixa a remuneração mínima dos médicos assalariados das entidades de assistência e previdência social.	Proposição inativa despachada ao arquivo. Publicação: DCN1 22/07/71 PAG 3096 COL 04.
1971	32/1971	Adhemar Filho ARENA/SP	Modifica dispositivos da lei 3999, de 15 de dezembro de 1961, que altera o salário-mínimo dos médicos e cirurgiões-dentistas.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 29 04 71 PAG 504 COL 01.
1972	580/1972	Paulo Abreu NI/NI	Proíbe qualquer restrição ao exercício da profissão de médico, em regime especial de trabalho.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 06 05 72 PAG 683 COL 04.
1974	2325/1974	Alfeu Gasparini NI/NI	Institui a aposentadoria especial para os empregados que exerçam sua atividade profissional em hospitais, casas de saúde e estabelecimentos congêneres.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 23 10 74 PAG 8393 COL 02.
1975	1007/1975	Milton Steinbruch NI/NI	Estabelece preço máximo para serviços de medicina e odontologia, e determina outras providências.	Proposição inativa despachada ao arquivo (rejeitado). Publicação: DCN1 02 09 75, PAG 6663, COL 02.
1975	729/1975	Célio Marques NI/NI	Dispõe sobre o exercício da profissão de psicanalista clínico.	Proposição inativa despachada ao arquivo. Publicação: DCN1 25 06 75 PAG 4704 COL 01.
1975	909/1975	Florim Coutinho NI/NI	Dispõe sobre a interiorização de médicos e odontólogos recém-formados, com estágio remunerado, e determina outras providências.	Proposição inativa despachada ao arquivo (rejeitado) Publicação: DCN1 21 08 75 PAG 6085 COL 01.
1975	825/1975	Adhemar Santillo NI/NI	Acrescenta parágrafo ao artigo 45 da lei orgânica da previdência social, dispondo sobre credenciamento de médicos e hospitais pelo INPS.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 02 08 75 PAG 5237 COL 01.
1975	682/1975	Otávio Ceccato NI/NI	Da nova redação ao artigo quinto da lei 3999, de 15 de dezembro de 1961, que altera o salário-mínimo dos médicos e cirurgiões-dentistas (passara a ser de 10 vezes o salário-mínimo da região).	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 20 06 75 PAG 4486 COL 02.
1976	2800/1976	Lygia Lessa NI/NI	Disciplina a cobrança de honorários por serviços médicos, odontológicos e de enfermagem e dá outras providências.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 04 09 76 PAG 8463 COL 02.
1976	3133/1976	Cunha Bueno NI/NI	Dispõe sobre a residência médica e dá outras providências.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 23 11 76 PAG11389 COL 01
1977	4603/1976	Otávio Ceccato NI/NI	Regula o exercício da profissão de psicanalista clínico e dá outras providências.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 04 12 77 PAG13001 COL 01.
1977	4507/1977	Jairo Magalhães NI/NI	Estabelece taxa fixa para os médicos que trabalham no FUNRURAL.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 02 12 77 PAG 12610 COL 01

Anexo I.1: Demandas de Regulação Profissional no Legislativo - 1970 / 2005 - Medicina

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
1977	4363/1977	Inocência Oliveira NI/NI	Estabelece normas para o julgamento de ações indenizatórias decorrentes de erros médicos pelos conselhos regionais de medicina.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 02 11 77 PAG 10723 COL 02
1977	4348/1977	Inocência Oliveira NI/NI	Modifica a redação do artigo quinto da lei 3999, de 15 de dezembro de 1961, que altera o salário-mínimo dos médicos e cirurgiões-dentistas.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 02 11 77 PAG 10700 COL 01.
1977	4252/1977	Fernando Coelho NI/NI	Altera a redação do artigo terceiro da lei 3999, de 13 de dezembro de 1961, dispondo sobre a residência medica.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 15 10 77 PAG 9902 COL 02
1977	3881/1977	Aurélio Campos NI/NI	Dispõe sobre a obrigatoriedade de seguro para o exercício da medicina e determina outras providencias.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 04 08 77 PAG 5976 COL 01.
1977	3807/1977	Peixoto Filho NI/NI	Institui seguro obrigatório para o exercício da medicina e determina outras providencias.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 29 06 77 PAG 5613 COL 02.
1977	3647/1977	José Zavaglia NI/NI	Inclui, para efeito de aposentadoria, o tempo de estudo dos médicos em universidades.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 28 05 77 PAG 4069 COL 01.
1977	3638/1977	Jorge Arbage NI/NI	Dispõe sobre a aposentadoria dos médicos funcionários públicos.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 27 05 77 PAG 3993 COL 01.
1977	3347/1977	Pacheco Chaves NI/NI	Fixa a remuneração máxima para a prestação de serviços profissionais de medicina e odontologia, e da outras providencias.	Proposição inativa. O autor solicitou a retirada do projeto. Publicação: DCN1 25 03 77 PAG 1364 COL 01.
1978	5265/1978	Jorge Arbage NI/NI	Estabelece medidas sobre a residência medica e da outras providencias	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 02 08 78 PAG 6000 COL 01
1978	5129/1978	Carlos Santos NI/NI	Dispõe sobre a contagem do tempo de serviço dos médicos e da outras providencias.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 31 05 78 PAG 4358 COL 01.
1978	5067/1978	Jorge Arbage NI/NI	Altera dispositivo da lei 3999, de 15 de dezembro de 1961, que estabeleceu o salário-mínimo dos médicos e cirurgiões-dentistas.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 19 05 78 PAG 3808 COL 01.
1978	5027/1978	Carlos Santos NI/NI	Fixa a duração da residência medica e da outras providencias. Explicação da ementa: máximo de 06 meses	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 11 05 78 PAG 3295 COL 01
1978	4997/1978	Fernando Coelho NI/NI	Altera a redação da lei 3999, de 15 de dezembro de 1961, elevando o salário mínimo dos médicos, cirurgiões-dentistas e auxiliares.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 09 05 78 PAG 3093 COL 02.
1979	2049/1979	Jorge Paulo NI/NI	Dispõe sobre a obrigatoriedade dos médicos redigirem suas receitas em letras de forma ou datilografadas, e determina outras providencias.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 23 10 79, PAG 11643, COL 02
1979	1942/1979	Paulo Torres NI/NI	Institui salário mínimo profissional para médicos, e da outras providencias.	Proposição inativa, prejudicada pela rejeição do PL. Publicação: DCN1 29 09 79 PAG 10458 COL 02.
1979	1909/1979	José de Castro Coimbra MDB/SP	Acrescenta parágrafo ao artigo 129 do código penal, instituído pelo decreto-lei 2848, de 07 de dezembro de 1940 (para amparar o medico realizador de operação, que implique ablação de órgãos e partes do corpo humano).	Proposição inativa, vetada. Publicação: DCN1 26 09 79 PAG 10178 COL 01.

Anexo I.1: Demandas de Regulação Profissional no Legislativo - 1970 / 2005 - Medicina

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
1979	1708/1979	Benjamim Farah NI/NI	Inclui a homeopatia como especialidade medica nos serviços oficiais.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 04 09 79 PAG 8938 COL 01.
1979	1671/1979	Carlos Santos NI/NI	Dispõe sobre a contagem do tempo de serviço dos médicos, e da outras providencias.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 29 08 79 PAG 8551 COL 01.
1979	1356/1979	Léo Simões NI/NI	Disciplina o atendimento hospital, e dá outras providências.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 30 06 79 PAG 7017 COL 02.
1979	678/1979	Oswaldo Melo ARENA/PA	Dispõe sobre a exigência de certificado de conclusão de curso de especialização em medicina aplicada a educação física para o exercício das funções de medico assistente de educação física e desportos nos estabelecimentos que especifica	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 08 05 79 PAG 3393 COL 02.
1979	133/1979	Fernando Coelho NI/NI	Altera a redação do artigo terceiro da lei 3999, de 13 de dezembro de 1961, dispondo sobre a residência medica	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 23 03 79 PAG 1006 COL 02
1979	104/1979	Cunha Bueno NI/NI	Dispõe sobre a residência medica, e da outras providencias. Nova ementa: dispõe sobre a atividade do médico residente, fixa seus direitos trabalhistas e dá outras providências.	Proposição transformada na LEI 6932, DE 07 08 81. DOFC 09 07 81 PAG 12789 COL 01. Publicação: DCN1 22 03 79 PAG 0926 COL 01
1979	2466/1979	Carneiro Arnaud NI/NI	Dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para médicos.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 04 12 79 PAG 14435 COL 02.
1979	1702/1979	Celso Peçanha	Altera a redação do artigo quinto da lei 3999, de 15 de dezembro de 1961, para elevar o salário mínimo dos médicos, cirurgiões-dentistas e auxiliares.	Proposição inativa despachada ao arquivo (rejeitado). Publicação: DCN1 30 08 79 PAG 8683 COL 01.
1979	1692/1979	Roseburgo Romano MDB/MG	Regula o processo do credenciamento obrigatório, pelo INAMPS, de todos os médicos do pais, e determina outras providencias.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 29 08 79 PAG 8576 COL 01.
1979	1691/1979	Daniel Silva NI/NI	Torna obrigatório o credenciamento, pelo INAMPS, de todos os médicos, hospitais, casas de saúde, ambulatórios e laboratórios de análises clinicas em todo o território brasileiro.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 29 08 79 PAG 8575 COL 02.
1979	1672/1979	Carlos Santos NI/NI	Fixa a duração de residência medica, e da outras providencias. Explicação da ementa: máximo de 06 meses	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 29 08 79 PAG 8551 COL 02
1979	1669/1979	Walter Silva MDB/RJ	Isenta dos impostos de renda e ISS os médicos recém-formados, nas condições que especifica. Aos que exercerem a profissão em pequenos centros urbanos ou na zona rural).	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 29 08 79 PAG 8549 COL 01.
1979	902/1979	Fernando Coelho NI/NI	Altera a redação da lei 3999, de 15 de dezembro de 1961, elevando o salário mínimo dos médicos, cirurgiões-dentistas e auxiliares.	Proposição inativa despachada ao arquivo (rejeitado). Publicação: DCN1 24 05 79 PAG 4427 COL 02.
1980	3995/1980	Gioia Junior PDS/SP	Isenta de imposto a importação de material medico e odontológico, para utilização em procedimentos clínicos, de pesquisa e terapêutico.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 14 11 80 PAG 14279 COL 02.
1980	3771/1980	Mario Hato NI/NI	Obriga os estabelecimentos hospitalares a fornecer alimentação balanceada a pacientes e pessoal medico, para-medico e administrativo.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 07 10 80 PAG 11813 COL 01.

Anexo I.1: Demandas de Regulação Profissional no Legislativo - 1970 / 2005 - Medicina

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
1980	3769/1980	Mario Hato NI/NI	Concede aposentadoria especial dos médicos, enfermeiros e demais funcionários de estabelecimentos hospitalares e laboratórios de análises.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 07 10 80 PAG 11811 COL 02
1980	3513/1980	Salvador Julianelli NI/NI	Introduz alterações na lei 3999, de 15 de dezembro de 1961, que dispõe sobre o salário mínimo dos médicos e cirurgiões-dentistas. Explicação da ementa: para beneficiar os técnicos e outros auxiliares de serviços médicos).	Proposição inativa, plenário. "Prejudicado pela rejeição do PL". Publicação: DCN1 05 09 80 PAG 9743 COL 02.
1980	3501/1980	Lázaro Carvalho NI/NI	Proíbe a instalação e funcionamento, no país, de multinacionais na área de saúde, e da outras providencias.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 03 09 80 PAG 9585 COL 01.
1980	3372/1980	Jorge Moura NI/NI	Dispõe sobre o salário profissional dos médicos, e da outras providencias.	Proposição inativa, plenário. "Prejudicado pela rejeição do PL". Publicação: DCN1 13 08 80 PAG 8305 COL 02.
1980	3343/1980	Inocência Oliveira NI/NI	Dispõe sobre o uso de seringa e agulha descartáveis nas farmácias e ambulatórios médicos.	Publicação inativa, arquivada. Publicação: DCN1 07 08 80 PAG 7025 COL 02.
1980	3284/1980	Inocência Oliveira NI/NI	Estabelece normas para o julgamento de ações indenizatórias decorrentes de erros médicos pelos conselhos regionais de medicina.	Publicação inativa, arquivada. Publicação: DCN1 05 08 80 PAG 6878 COL 01
1980	2845/1980	Leônidas Sampaio MDB/RJ	Dispõe sobre remuneração adicional de insalubridade aos empregados em estabelecimentos médico-hospitalares e estabelecimentos congêneres, e da outras providencias.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 29 04 80 PAG 2769 COL 02
1980	2781/1980	Jorge Arbage NI/NI	Estabelece medidas sobre a residência medica, e da outras providencias	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 23 04 80 PAG 2386 COL 01
1980	2726/1980	Salvador Julianelli NI/NI	Regulamenta as profissões, ocupações e atividades exercidas no setor saúde, e da outras providencias.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 17 04 80 PAG 2100 COL 01
1980	2658/1980	Jorge Arbage NI/NI	Altera a redação do artigo quinto da lei 3999, de 15 de dezembro de 1961, para elevar o salário mínimo dos médicos, cirurgiões-dentistas e auxiliares	Proposição inativa, plenário. "Prejudicado pela rejeição do PL". Publicação: DCN1 26 03 80 PAG 1264 COL 02.
1980	2644/1980	João Menezes NI/NI	Dispõe sobre a atividade do medico residente, fixa seus direitos trabalhistas, e da outras providencias.	Proposição inativa, plenário. "Prejudicado pela rejeição do PL". Publicação: DCN1 26 03 80 PAG 1257 COL 02.
1980	2585/1980	Dario Tavares NI/NI	Veda a prestação de serviços médicos e odontológicos por empresas estrangeiras, nas condições que especifica.	Proposição inativa, plenário. "Prejudicado pela rejeição do PL". Publicação: DCN1 18 03 80 PAG 0760 COL 01
1980	3785/1980	José Carlos Vasconcelos NI/NI	Veda a participação de empresas estrangeiras na prestação de serviços de assistência medica e na exploração de seguros privados de saúde, e determina outras providencias.	Publicação inativa, arquivada. Publicação: DCN1 10 10 80 PAG 12118 COL 02
1980	3513/1980	Salvador Julianelli NI/NI	Introduz alterações na lei 3999, de 15 de dezembro de 1961, que dispõe sobre o salário mínimo dos médicos e cirurgiões-dentistas.	Proposição inativa, plenário. "Prejudicado pela rejeição do PL". Publicação: DCN1 05 09 80 PAG 9743 COL 02.

Anexo I.1: Demandas de Regulação Profissional no Legislativo - 1970 / 2005 - Medicina

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
1980	3501/1980	Lázaro Carvalho NI/NI	Proíbe a instalação e funcionamento, no país, de multinacionais na área de saúde, e da outras providencias.	Publicação inativa, arquivada. Publicação: DCN1 03 09 80 PAG 9585 COL 01.
1980	3486/1980	Carlos Santos NI/NI	Veda a atuação das empresas que menciona em atividade direta ou indiretamente ligada a área de saúde, e da outras providencias.	Publicação inativa, arquivada. Publicação: DCN1 30 08 80 PAG 9422 COL 01.
1980	2589/1980	José Frejat NI/NI	Proíbe a atividade de empresa estrangeira na prestação de serviços de saúde e no comercio de sangue humano.	Publicação inativa, arquivada. Publicação: DCN1 18 03 80 PAG 0761 COL 01.
1980	2584/1980	Mário Hato NI/NI	Proíbe a prestação de serviços de assistência medica, em todo o país, por empresas de capital estrangeiro.	Publicação inativa, despachada ao arquivo (rejeitada). Publicação: DCN1 18 03 80 PAG 0759 COL 01.
1980	2762/1980	Carlos Santanna PMDB/BA	Altera a redação do parágrafo primeiro e do parágrafo segundo do artigo 18 da lei 3268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os conselhos de medicina, e da outras providencias. Explicação: dispensando de qualquer formalidade o exercício profissional em jurisdição diferente daquela em que o titular esta registrado).	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 15 04 80 PAG 1982 COL 01
1980	4155/1980	Olivir Gabardo PMDB/PR	Prevê sobre a profissão de acupunturista e da outras providencias	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 04 12 80 PAG 15791 COL 01
1981	5579/1981	Pimenta da Veiga NI/NI	Dispõe sobre contagem de tempo de serviço prestado a indigentes por médicos nas santas casas de misericórdia	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 24 11 81 PAG 13708 COL 01
1981	5021/1981	Mário Hato NI/NI	Regulamenta o exercício profissional da medicina oriental, e determina outras providencias. Explicação da ementa: incluindo a massagem oriental, moxibustão, digitopuntura entre as atividades ligadas a medicina natural ou medicina alternativa).	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 21 08 81 PAG 8097 COL 01
1981	4662/1981	Inocência Oliveira NI/NI	Permite ao medico assistente o desligamento dos aparelhos de um paciente em estado de coma terminal ou na omissão de medicamento que iria prolongar inutilmente uma vida vegetativa, sem possibilidade de recuperar condições de vida sofrível, em comum acordo com os familiares, e da outras providencias.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 03 06 81 PAG 4958 COL 02.
1981	4275/1981	Carlos Santos NI/NI	Fixa a duração de residência medica, e da outras providencias	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 21 03 81 PAG 0895 COL 01
1981	5806/1981	Pedro Corrêa NI/NI	Da nova redação ao parágrafo segundo do artigo sétimo, da lei 6907, de 21 de maio de 1981. Explicação da ementa: estendendo a categoria funcional de medico, com jornada de trabalho inferior a 40 horas semanais, a gratificação de nível superior.	Proposição transformada na LEI 17066/82. Publicação: DCN1 11 12 81 PAG 14835 COL 02.
1981	5163/1981	Leônidas Sampaio NI/NI	Dispõe sobre as atividades do medico e do cirurgião-dentista residentes, e da outras providencias. Explicação da ementa: a residência medica e odontológica constitui modalidade de ensino de pós-graduação para médicos e cirurgiões-dentista).	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 10 09 81 PAG 9311 COL 01

Anexo I.1: Demandas de Regulação Profissional no Legislativo - 1970 / 2005 - Medicina

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
1981	4957/1981	Pedro Faria NI/NI	Torna obrigatório plantão medico noturno nos hotéis que especifica.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 12 08 81 PAG 7505 COL 02.
1981	5766/1981	Henrique Eduardo Alves NI/NI	Modifica a redação do artigo 45 da lei 3807, de 26 de agosto de 1960, incluindo a homeopatia entre as prestações de serviço do regime de previdência social.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 15 12 81 PAG 14952 COL 02.
1981	5223/1981	Alceu Colares NI/NI	Cria o conselho consultivo da administração de saúde previdenciária (CONASP), e define suas atribuições.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 22 09 81 PAG 10010 COL 01.
1981	5796/1981	Luiz Rocha NI/NI	Dispõe sobre o exercício da profissão de esteticista e cosmetologista e da outras providencias.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 12 12 81 PAG 14912 COL 01.
1982	6791/1982	Joel Lima NI/NI	Dispõe sobre o funcionamento de centros médicos nas condições que especifica, e da outras providencias.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 03 12 82 PAG 9289 COL 02
1982	6704/1982	Altair Chagas NI/NI	Ementa: modifica artigo do decreto-lei 1445, de 13 de dezembro de 1976, que 'reajusta os vencimentos e salários dos servidores civis do poder executivo, dos membros da magistratura e do tribunal de contas da união, e da outras providencias'. Explicação da Ementa: unificando o regime de trabalho de medico, odontólogo, técnico em laboratório, técnico em comunicação social, em 20 horas semanais, ficando classificados nas referencias entre ns 11 ao ns 25.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 08 10 82 PAG 8199 COL 02
1982	6635/1982	Olivir Gabardo NI/NI	Concede adicional de insalubridade a servidores da chocam.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 11 09 82 PAG 7374 COL 01
1982	6508/1982	Siqueira Campos PDS/GO	Assegura vantagens a profissionais da área de saúde que se instalarem em localidades do interior do pais.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 11 08 82 PAG 6304 COL 01.
1982	6479/1982	Mario Hato NI/NI	Considera insalubre, para efeito de concessão de aposentadoria especial, a atividade dos profissionais médicos, paramédicos e empregados que trabalhem em hospitais, casas de saúde e estabelecimentos congêneres.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 04 08 82 PAG 5969 COL 01
1982	6212/1982	Siqueira Campos PDS/GO	Altera a redação do artigo quinto da lei 3999, de 15 de dezembro de 1961, dispondo sobre o salário mínimo dos médicos e cirurgiões-dentistas. Explicação: fixando o salário-mínimo dos médicos em quantia igual a 10 vezes e dos auxiliares a 06 vezes o valor do salário-mínimo regional).	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 20 05 82 PAG 3535 COL 02
1983	2957/1983	Siqueira Campos PDS/GO	Altera a redação do artigo quinto da lei 3999, de 15 de dezembro de 1961, que dispõe sobre o salário mínimo dos médicos e cirurgiões-dentistas. Explicação: fixando o salário mínimo do medico em 10 vezes e dos auxiliares em 06 vezes o valor do salário mínimo regional).	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 02 12 83 PAG 14137 COL 01
1983	2756/1983	Cunha Bueno PDS/SP	Regula o processo de credenciamento obrigatório, pelo INAMPS, de todos os médicos do pais, e determina outras providencias.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 02 12 83 PAG 13942 COL 02.

Anexo I.1: Demandas de Regulação Profissional no Legislativo - 1970 / 2005 - Medicina

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
1983	2727/1983	Cunha Bueno PDS/SP	Inclui a homeopatia como especialidade medica nos serviços oficiais.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 02 12 83 PAG 13924 COL 01
1983	2296/1983	Lúcio Alcântara PDS/CE	Dispõe sobre a defesa de medico, servidor publico, em processos judiciais decorrentes do exercício da profissão	Proposição inativa, vetada totalmente. (Razões do veto DOFC 11 12 85 PAG 18165, COL 01). Publicação: DCN1 06 10 83 PAG 10457 COL 01
1983	1417/1983	Navarro Vieira Filho PDS/MG	Altera dispositivos da lei 6681, de 16 de agosto de 1979, dispondo sobre a inscrição de médicos, cirurgiões – dentistas e farmacêuticos militares nos conselhos regionais de medicina, odontologia e farmácia.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 17 06 83 PAG 5383 COL 03.
1983	1392/1983	Iram Saraiva PMDB/GO	Torna obrigatória a lotação de medico, do serviço medico do departamento nacional de estradas de rodagem (DNER), nos postos de barreira da policia rodoviária federal	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 17 06 83 PAG 5368 COL 03
1983	758/1983	Inocêncio Oliveira PDS/PE	Modifica a redação do artigo quinto da lei 3999, de 15 de dezembro de 1961, altera o salário-mínimo dos médicos e cirurgiões dentistas. Explicação: fixando o salário mínimo em quantia igual a 08 vezes o salário mínimo regional e em 04 vezes o salário regional para os auxiliares).	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 06 05 83 PAG 2830 COL 02
1983	732/1983	Inocêncio Oliveira PDS/PE	Permite ao medico assistente o desligamento dos aparelhos de um paciente em estado de coma terminal ou na omissão de um medicamento que iria prolongar inutilmente uma vida vegetativa, sem possibilidade de recuperar condições de vida sofrível, em comum acordo com os familiares e da outras providencias. Explicação da ementa: autorizando a eutanásia.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 05 05 83 PAG 2730 COL 01
1983	683/1983	Celso Peçanha PTB/RJ	Altera a redação do artigo quinto da lei 3999, de 15 de dezembro de 1961, para elevar o salário mínimo dos médicos, cirurgiões-dentistas e auxiliares	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 30 04 83 PAG 2555 COL 02
1983	590/1983	Cristina Tavares PMDB/PE	Da nova redação ao artigo 128 do decreto-lei 2848, de 07 de dezembro de 1940 (código penal), dispondo sobre o aborto praticado por medico	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 26 04 83 PAG 2226 COL 03.
1983	578/1983	Oswaldo Melo NI/NI	Isenta do imposto de renda a remuneração dos médicos que trabalhem com raio x.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 26 04 83 PAG 2224 COL 02
1983	436/1983	Borges da Silveira PMDB/PR	Concede férias para o medico, segurado autônomo da previdência social.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 15 04 83 PAG 1751 COL 03
1983	371/1983	Inocêncio Oliveira PDS/PE	Estabelece normas para o julgamento de ações indenizatórias decorrentes de erros médicos pelos conselhos regionais de medicina.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 08 04 83 PAG 1370 VOL 01
1983	264/1983	Siqueira Campos PDS/GO	Assegura vantagens a profissionais da área de saúde que se instalarem em localidades do interior do pais.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 25 03 83 PAG 1012 COL 01.

Anexo I.1: Demandas de Regulação Profissional no Legislativo - 1970 / 2005 - Medicina

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
1983	26/1983	Salvador Julianelli PDS/SP	Introduz alterações na lei 3999, de 15 de dezembro de 1961, que dispõe sobre o salário mínimo dos médicos e cirurgiões-dentistas. Explicação: fixando como salário mínimo dos médicos o valor equivalente a cinco vezes salário mínimo da região ou sub região em que exercer a profissão, para período de duas horas de trabalho diário).	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 10 03 83 PAG 0304 COL 01
1984	4837/1984	Horacio Hortiz PMDB/SP	Assegura aos profissionais liberais o direito de se constituírem em microempresas.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 30 11 84 PAG 15414 COL 02'
1984	4384/1984	Alcides Lima PDS/RR	Revigora, no concernente aos servidores públicos, as disposições legais que instituíram o salário mínimo profissional para os empregados regidos pela consolidação das leis do trabalho. Explicação da ementa: aplicando o salário profissional aos médicos, arquitetos, engenheiros e outros, empregados celetistas no serviço publico).	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 03 10 84 PAG 11322 COL 03
1984	4040/1984	Irma Passoni PT/SP	Obriga a inclusão da homeopatia nas entidades de assistência medica.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 21 08 84 PAG 8099 COL 02
1984	3994/1984	Poder Executivo	Fixando o valor da bolsa de estudo em 03 salários mínimos, acrescido de um adicional de trinta e cinco por cento por regime especial de treinamento em serviço de 60 horas semanais, mais dez por cento a titulo de compensação previdenciária	Proposição transformada na LEI 7217/84. DOFC 20 09 84 PAG 13729 COL 01. Publicação: DCN1 07 08 84 PAG 7266 COL 01
1984	3886/1984	Irma Passoni PT/SP	Obriga o INAMPS - instituto nacional de assistência medica e previdência social, a contratar médicos homeopatas	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 30 06 84 PAG 6898 COL 03.
1984	3879/1984	Amadeu Geara PMDB/PR	Regula o trabalho em hospitais, clinicas, casas de saúde e estabelecimentos congêneres, e determina outras providencias.	Proposição inativa, retirada. Publicação: DCN1 30 06 84 PAG 6895 COL 02
1984	3585/1984	Ruy Codo PMDB/SP	Acrescenta parágrafo único ao artigo segundo da lei 6932, de 07 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do medico residente, e da outras providencia, assegurando oitenta por cento das vagas dos cursos de residência medica aos candidatos da mesma instituição de ensino ou da mesma região geoeeducacional).	Proposição inativa, retirada. Publicação: DCN1 25 05 84 PAG 4329 COL 01
1984	3346/1984	Francisco Dias PMDB/SP	Institui sistema de auditoria nos serviços medico, hospitalar e ambulatorial da previdência social, e da outras providencias	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 27 04 84 PAG 2490 COL 01
1984	3838/1984	Mario Hato PMDB/SP	Institui cursos profissionalizantes de terapêutica oriental, regulamenta o exercício desta profissão e determina outras providencias. Explicação da ementa: incluindo a atividade profissional de acupuntura, maxibustão, massagem oriental e digitopuntura, incluídas no exercício da medicina natural ou medicina alternativa).	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 30 06 84 PAG 6882 COL 02

Anexo I.1: Demandas de Regulação Profissional no Legislativo - 1970 / 2005 - Medicina

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
1984	3315/1984	Borges da Silveira PMDB/PR	Regula a profissão de musicoterapeuta.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 18 04 84 PAG 2123 COL 02
1985	5875/1985	Diogo Nomura PFL/SP	Institui estagio obrigatório para os graduados em medicina e odontologia em faculdades publicas, e da outras providencias	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 02 08 85 PAG 7418 COL 02
1985	7126/1985	Diogo Nomura PFL/SP	Estabelece salário profissional de médicos e cirurgiões-dentistas. Explicação da ementa: fixando o salário profissional em dez salários mínimos, para uma jornada de vinte horas semanais de trabalho).	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 04 12 85 PAG 15352 COL 01
1985	7110/1985	Rubens Ardenghi PDS/RS	Veda a empresas estrangeiras a prestação de serviços de assistência medica a terceiros e a exploração de seguros privados de saúde.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 03 12 85 PAG 15142 COL 01.
1985	7035/1985	Francisco Amaral PMDB/SP	Dispõe sobre a insalubridade da atividade profissional desenvolvida pelos empregados em estabelecimentos de serviços de saúde, e da outras providencias.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 04 12 85 PAG 15354 COL 01
1985	6888/1985	Paulo Zarzur PMDB/SP	Dispõe sobre o cadastramento de médicos recém-formados para fins de credenciamento pelo INAMPS, e da outras providencias.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 03 12 85 PAG 15127 COL 02
1985	6885/1985	Léo Simões PFL/RJ	Autoriza contar como tempo de serviço, para fim de aposentadoria, em favor dos médicos, o da duração do curso superior de formação profissional.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 03 12 85 PAG 15127 COL 01
1985	6460/1985	Carneiro Arnaud PMDB/PB	Considera insalubre a atividade de profissional de medico	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 01 10 85 PAG 11056 COL 01
1985	6335/1985	Floriceno Paixão PDT/RS	Dispõe sobre a aposentadoria especial de médicos, paramédicos e empregados em estabelecimentos hospitalares.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 20 09 85 PAG 10451 COL 03
1985	5977/1985	Estevam Galvão PFL/SP	Estatui normas para a prestação da assistência medica, ambulatorial e hospitalar, a cargo do instituto nacional de assistência medica de previdência social INAMPS e determina outras providencias. Explicação da ementa: definindo a ordem de preferência no atendimento ao beneficiário primeiro pela rede hospitalar do INAMPS, seguida dos estabelecimentos conveniados, os mantidos por empresas e sindicatos e por ultimo pela rede particular, mediante credenciamento	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 02 08 85 PAG 7481 COL 03
1985	5456/1985	José Genoíno PT/SP	Dispõe sobre a não punição de aborto praticado por medico com o consentimento da gestante	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 22 05 85 PAG 4755 COL 02
1985	5139/1985	Siqueira Campos PDS/GO	Estabelece reserva de mercado, em favor dos sindicatos e associações de médicos e odontólogos, quanto ao seguro-saúde, e determina outras providencias	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 28 03 85 PAG 1966 COL 03
1986	8047/1986	Senado Federal	Obriga o registro dos estabelecimentos hospitalares nos Conselhos Regionais de Medicina	Proposição em regime de tramitação prioritária. Publicação: DCN1 28 06 86 PAG 6934 COL 02.

Anexo I.1: Demandas de Regulação Profissional no Legislativo - 1970 / 2005 - Medicina

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
1986	7591/1986	Paulo Zarzur PMDB/SP	Dispõe sobre estágio para os médicos recém formados. Explicação da ementa: dispondo que os médicos formados por escolas publicas somente obterão o registro definitivo apos clinicarem em cidade com menos de 30 mil habitantes, por um período de 03 anos	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 22 05 86 PAG 4335 COL 01
1986	7369/1986	Luiz Guedes PMDB/MG	Acrescenta dispositivos a lei 6932, de 07 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do medico residente, e determina outras providencias. Explicação: garantindo a estabilidade, remuneração, adicionais de insalubridade e trabalho noturno e licença para tratamento de saúde	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 07 05 86 PAG 3312 COL 01
1986	7210/1986	Francisco Dias PMDB/SP	Dispõe sobre o credenciamento, pelo INAMPS, de todos os médicos, hospitais, casas de saúde, ambulatórios e laboratórios de analises clinicas no território nacional, e determina outras providencias	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 25 03 86 PAG 1080 COL 03.
1986	7466/1986	Francisco Amaral PMDB/SP	Regula o exercício da profissão de esteticista e cosmetologista, e da outras providencias	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 14 05 86 PAG 3726 COL 02.
1987	82/1987	Poder Executivo	Altera a redação do artigo quarto da lei 6932, de 07 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do medico residente e da outras providencias. Explicação da ementa: assegurando aos residentes o direito a uma bolsa de estudo no valor de setenta por cento do salário do professor auxiliar com dedicação exclusiva	Proposição transformada na LEI 7601/87. DOFC 18 05 87 PAG 7326 COL 02. Publicação: DCN1 28 04 87 PAG 1366 COL 01
1987	141/1987	Gandi Jamil PFL/MS	Regulamenta a profissão de terapeuta naturista e determina outras providencias. Explicação da ementa: medicina natural ou medicina alternativa	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 19 05 87 PAG 1702 COL 02
1988	1087/1988	Jofran Frejat PFL/DF	Dispõe sobre a aposentadoria dos profissionais de saúde. Explicação da ementa: aposentadoria com proventos integrais aos 30 e 25 anos de serviço para o homem e a mulher, respectivamente, conforme o disposto no artigo 202, inciso da nova constituição federal	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 27 10 88 PAG 3723 COL 02
1988	1051/1988	Floriceno Paixão PDT/RS	Dispõe sobre a aposentadoria especial de médicos, paramédicos e empregados em estabelecimentos hospitalares	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 14 10 88 PAG 3561 COL 03
1988	852/1988	Antonio Salim PDS/SP	Regulamenta o exercício profissional da acupuntura, e determina outras providencias	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 23 08 88 PAG 2858 COL 02
1988	436/1988	Pedro Canedo PDL/GO	Estabelece a competência do conselho federal de medicina para definir ato medico	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 16 03 88 PAG 0680 COL 02
1988	349/1988	Inocência Oliveira PFL/PE	Modifica a redação do artigo quinto da lei 3999, de 15 de dezembro 1961, que 'altera o salário-mínimo dos médicos e cirurgiões - dentistas'. Explicação da ementa: fixando o salário mínimo dos médicos em quantia igual a dez vezes o salário mínimo de referencia). (convocação extraordinária de 15 12 87 a 28 02 88).	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 03 03 88 PAG 0277 COL 02.

Anexo I.1: Demandas de Regulação Profissional no Legislativo - 1970 / 2005 - Medicina

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
1989	4558/1989	Elias Munrad PSDB/MG	Dispõe sobre a alteração da legislação do imposto de renda e da outras providencias. Explicação da ementa: autorizando os médicos deduzirem cinquenta por cento das despesas necessárias ao exercício profissional para efeito de imposto de renda	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 13 12 89 PAG 15425 COL 02
1989	4325/1989	Raquel Candido PDT/RO	Dispõe sobre a aposentadoria dos profissionais de saúde. Explicação da ementa: regulamentando o artigo 202, inciso II da nova constituição federal, quando assegura aposentadoria especial aos profissionais de saúde	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 13 12 89 PAG 15340 COL 03.
1989	4259/1989	Ismael Wanderley PTR/RN	Estatui normas par a manutenção dos serviços especializados em segurança e medicina do trabalho.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 05 12 89 PAG 14506 COL 02
1989	3613/1989	Ivo Lech PMDB/RS	Regulamenta a profissão de terapeuta naturista e determina outras providencias.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 14 09 89 PAG 9375 COL 03
1989	3371/1989	Paulo Zarzur PMDB/SP	Dispõe sobre estágios para médicos recém-formados, em cidades com menos de trinta mil habitantes.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 18 08 89 PAG 7972 COL 02
1989	3158/1989	Paulo Ramos PDT/RJ	Dispõe sobre os profissionais de saúde quanto a aplicação do parágrafo segundo do artigo 17 das disposições constitucionais transitórias da constituição federal. Explicação da ementa: definindo as categorias profissionais de saúde de nível superior, nível técnico e auxiliar e de nível elementar, visando a garantia do exercício cumulativo de dois cargos ou empregos privativos na área de saúde, que estejam sendo exercidos na administração publica direta ou indireta, conforme disposições transitórias da nova constituição federal	Proposição inativa, vetada totalmente. Razões do veto: DOFC 24 07 90 PAG 14063 COL 02. RAZÕES DO VETO: DCN 22 08 90 PAG 3692 COL 01. MANTIDO O VETO EM 23 04 91. DCN 24 04 91 PAG 1400 COL 01. Publicação: DCN1 09 08 89 PAG 7340 COL 01
1989	3035/1989	José Carlos Coutinho PL/RJ	Dispõe sobre a exigência de médicos homeopatas nos hospitais e serviços públicos oficiais	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 28 06 89 PAG 5586 COL 03
1989	2435/1989	Inocência Oliveira PFL/PE	Estabelece normas para o julgamento de ações indenizatórias decorrentes de erros médicos pelos conselhos regionais de medicina	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 30 05 89 PAG 4181 COL 02
1989	2416/1989	Gandi Jamil PFL/MS	Regulamenta a profissão de terapeuta naturista e determina outras providencias	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 30 05 89 PAG 4174 COL 02
1989	2412/1989	Nelson Seixas PDT/SP	Institui a obrigatoriedade de um neonatologista na sala de parto e berçário das maternidades, nos hospitais públicos ou conveniados com a seguridade social	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 20 05 89 PAG 3792 COL 03
1989	2404/1989	Antonio Carlos Mendes PDS/SC	Altera o capítulo V do título II da Consolidação das Leis do Trabalho. Explicação: dispendo sobre normas de segurança, higiene e medicina do trabalho a serem aplicadas em qualquer local de trabalho, publico ou privado, fixando prazo para criação do CONCITEM, a assistência ao empregado através dos SEESTE e SEMT, e sobre a organização da CIPA.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 30 05 89 PAG 4170 COL 01

Anexo I.1: Demandas de Regulação Profissional no Legislativo - 1970 / 2005 - Medicina

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
1989	2098/1989	Arnaldo Faria de Sá PJ/SP	Dispõe sobre segurança, higiene e medicina do trabalho. Explicação: criando o CONSEMT, conselho nacional de segurança e medicina do trabalho	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 26 04 89 PAG 2534 COL 02
1989	2024/1989	Pedro Canedo PFL/GO	Estabelece a competência do conselho federal de medicina para definir ato medico	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 20 04 89 PAG 2333 COL 02
1990	5943/1990	Poder Executivo	Altera a redação do artigo quarto da lei 6932, de 07 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do medico residente e da outras providencias. Explicação da ementa: fixando o valor da bolsa de estudo em setenta e cinco por cento dos vencimentos do medico do ministério da educação, nível v, acrescido de um adicional de cem por cento, por regime especial de treinamento ao serviço de 60 horas semanais e autorizando sua filiação ao sistema previdenciário na qualidade de segurado autônomo). (prazo: 45 dias). - admissibilidade da CCJR.	Proposição transformada na lei 8138/90. DOFC 31 12 90 PAG 25691 COL 01
1990	5938/1990	Artur Lima Cavalcanti NI/PE	Altera os artigos 132, 135 e 136 do código penal - decreto-lei 2848 de 7 de dezembro de 1940. Explicação: aprovando a pena para infrações que exponham a vida ou saúde de outrem a perigo quando o agente for medico ou profissional da área de saúde; definindo a responsabilidade solidária dos administradores dos hospitais e acionistas majoritários, com ressarcimento a vitima	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 27 11 90 PAG 12748 COL 01
1990	5844/1990	Antonio Salim Curiati PDS/SP	Dispõe sobre o pagamento de honorários médicos por entidades seguradoras ou prestadoras de assistência medica. - poder conclusivo das comissões - artigo 24, inciso II.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 31 10 90 PAG 11414 COL 02
1990	5540/1990	Nelson Friedrich PDT/PR	Altera o capitulo v do titulo II da consolidação das leis do trabalho, relativo à segurança e medicina do trabalho. Explicação da ementa: dispondo sobre normas e segurança, higiene e medicina do trabalho, aplicadas em empresas privadas ou publicas, criando o CONSEMT e os serviços especializados SEST e SEMT, dispondo sobre a CIPA e a exigência de apresentação do projeto de segurança e instalações ambientais, as medidas preventivas e as penalidades.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 29 06 90 PAG 8192 COL 01
1990	5520/1990	Ivo Cersosimo PMDB/MS	Dispõe sobre atendimento medico nos postos do INAMPS, e determina outras providencias. Explicação da ementa: dispondo que a consulta medica não poderá ter duração inferior a 15 minutos	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 07 08 90 PAG 8738 COL 02
1990	5456/1990	Leonel Julio PTdoP/SP	Institui obrigações, proibições e outras exigências para o funcionamento, no país, de empresas prestadoras de assistência médico-hospitalar, mediante contrato com pessoas físicas e pagamento de contribuições mensais. Explicação: com o objetivo de evitar abusos de empresas.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 02 08 90 PAG 8574 COL 02

Anexo I.1: Demandas de Regulação Profissional no Legislativo - 1970 / 2005 - Medicina

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
1990	5395/1990	Nelson Friedrich PDT/PR	Estabelece critérios para a compensação de dívidas municipais para com a previdência social através da prestação de serviços de assistência médica	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 10 07 90 PAG 8491 COL 02.
1990	5128/1990	José Carlos Coutinho PL/RJ	Dispõe sobre aposentadoria especial de profissionais vinculados a área de saúde, assegurando aposentadoria aos 25 anos de serviço efetivo na mesma área, por motivo de insalubridade, aos médicos, paramédicos, odontólogos, enfermeiros e empregados de hospitais e clínicas.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 07 06 90 PAG 6551 COL 02
1990	5012/1990	Daso Coimbra PMDB/RJ	Dispõe sobre a aposentadoria dos exercentes de atividades médicas e paramédicas.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 17 05 90 PAG 5102 COL 02
1990	4951/1990	José Carlos Coutinho PL/RJ	Dispõe sobre a criação do CONSEMT - conselho nacional de segurança e medicina do trabalho, altera o regulamento da inspeção do trabalho e o capítulo V do título II da CLT - consolidação das leis do trabalho, relativos à segurança e medicina do trabalho.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 22 05 90 PAG 5331 COL 03.
1990	4921/1990	Adhemar de Barros PRP/SP	Modifica dispositivo da lei 6932, de 07 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente, e da outras providências. Explicação: tornando obrigatória a residência médica por um período de 03 anos.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 15 05 90 PAG 4911 COL 01
1990	4806/1990	Rosário Congro Neto PMDB/MS	Concede incentivos a profissionais da área de saúde que se instalarem em localidades do interior com população de até vinte mil habitantes e da outras providências. - poder conclusivo das comissões - artigo 24, inciso II	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 20 04 90 PAG 3073 COL 01
1990	4726/1990	Luiz Salomão PDT/RJ	Disciplina a prática de aborto e da outras providências. Explicação da Ementa: tornando o aborto livre até o terceiro mês de gestação e permitindo-o a partir do quarto mês quando implicar em risco de vida para a gestante, quando o feto apresentar anomalia física ou psíquica grave ou incurável, quando a gravidez resultar de estupro ou incesto e quando a mãe não dispuser de condições materiais para criar o filho). - poder conclusivo das comissões - artigo 24, inciso II.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 17 04 90 PAG 2860 COL 03
1990	4719/1990	Paulo Zarzur PMDB/SP	Inclui a prestação de serviços de assistência médica, odontológica e psicológica entre os deveres dos sindicatos. - poder conclusivo das comissões - artigo 24, inciso II	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 17 04 90 PAG 2852 COL 01
1990	5990/1990	Haroldo Lima PCdoB/BA	Dispõe sobre a criação das comissões internas de saúde e da outras providências. - poder conclusivo das comissões - artigo 24, inciso II.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 12 12 90 PAG 14002 COL 01
1990	5667/1990	Antonio Carlos Mendes PSDB/SP	Estabelece as competências, direitos e responsabilidades dos empregadores e trabalhadores, no que concerne a segurança, higiene e medicina do trabalho.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 28 08 90 PAG 9626 COL 02.

Anexo I.1: Demandas de Regulação Profissional no Legislativo - 1970 / 2005 - Medicina

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
1990	5540/1990	Nelton Friedrich PDT/PR	Altera o capítulo v do título II da consolidação das leis do trabalho, relativo à segurança e medicina do trabalho. Explicação: dispoendo sobre normas e segurança, higiene e medicina do trabalho, aplicadas em empresas privadas ou públicas, criando o CONSEMT e os serviços especializados SEST e SEMT, dispoendo sobre a CIPA e a exigência de apresentação do projeto de segurança e instalações ambientais, as medidas preventivas e as penalidades.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 15 08 90 PAG 9211 COL 03.
1990	4897/1990	Antonio Carlos Mendes PSDB/SP	Cria o conselho nacional de engenharia de segurança e medicina do trabalho - CONEMT e da outras providencias	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 08 05 90 PAG 3905 COL 01.
1991	1989/1991	Gilvam Borges PRN/AP	Dispõe sobre a pratica da eutanásia, nas circunstancias que especifica.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 22 11 91 PAG 23940 COL 01
1991	1834/1991	Sarney Filho PFL/MA	Considera insalubre a atividade profissional dos médicos e enfermeiros, e dá outras providências.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 14 11 91 PAG 23042 COL 01
1991	1411/1991	José Carlos Coutinho PL/RJ	Dispõe sobre a aposentadoria especial de médicos, paramédicos e empregados em estabelecimentos hospitalares.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 09 08 91 PAG 13281 COL 01
1991	1394/1991	Eduardo Jorge PT/SP	Institui o regime especial das especializações em medicina na forma de treinamento em serviço sob supervisão, cria a comissão nacional de especialização medica e da outras providencias.	Proposição ativa, arquivada. Publicação: DCN1 13 08 91 PAG 13553 COL 02
1991	1270/1991	Virmondes Cruvinel PMDB/GO	Dispõe sobre o salário mínimo de médicos e cirurgiões dentistas. Explicação: fixando em CRZ 284.553,18 a partir de maio de 1991). - poder conclusivo das comissões - artigo 24, inciso II	Proposição inativa, vetada totalmente. Publicação: DCN1 03 08 91 PAG 12498 COL 02
1991	935/1991	Antonio Carlos Mendes PSDB/SP	Regulamenta o exercício profissional da acupuntura, e determina outras providencias. Explicação: incluindo entre as atividades de medicina natural ou medicina alternativa	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 22 05 91 PAG 6977 COL 01
1991	925/1991	Rita Camata PMDB/ES	Dispõe sobre a aposentadoria especial dos trabalhadores em hospitais e similares. - poder conclusivo das comissões - artigo 24, inciso II	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 25 05 91 PAG 7607 COL 01
1991	864/1991	Mendes Botelho PTB/SP	Dispõe sobre direitos e vantagens dos servidores públicos que operam com raios x ou substancias radioativas. - poder conclusivo das comissões - artigo 24, inciso II	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 25 05 91 PAG 7576 COL 01
1991	701/1991	José Carlos Coutinho PL/RJ	Dispõe sobre aposentadoria especial de profissionais vinculados a área de saúde. - poder conclusivo das comissões - artigo 24, inciso II.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 18 05 91 PAG 6622 COL 02.
1991	657/1991	Reinhold Estephanes PFL/PR	Dispõe sobre o exercício de atividades das empresas de medicina de grupo, cria o conselho nacional das empresas de medicina de grupo - CONAMGE e da outras providencias. - poder conclusivo das comissões - artigo 24, inciso II.	Proposição inativa, arquivada. Publicação:

Anexo I.1: Demandas de Regulação Profissional no Legislativo - 1970 / 2005 - Medicina

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
1991	383/1991	Marcelino Romano PDS/SP	Regulamenta o exercício profissional da acupuntura e determina outras providências. Explicação: incluindo entre as atividades de medicina natural ou medicina alternativa	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 09 04 91 PAG 3315 COL 01
1991	249/1991	Inocêncio Oliveira PFL/PE	Modifica a redação do artigo quinto da lei 3999, de 15 de dezembro de 1961, que 'altera o salário-mínimo dos médicos e cirurgiões dentistas', fixando o salário profissional em 06 salários mínimos. - poder conclusivo das comissões - artigo 24, inciso II. Bloco	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 28 03 91 PAG 2687 COL 01.
1991	134/1991	Henrique Eduardo Alves PMDB/RN	Acrescenta dispositivo ao artigo 162 da consolidação das leis do trabalho, para assegurar estabilidade provisória aos profissionais da área de segurança e medicina do trabalho.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 15 03 91 PAG 1966 COL 01
1992	3473/1992	Marcelino Romano PDS/SP	Dispõe sobre jornada de trabalho e benefícios especiais para trabalhadores em estabelecimento de saúde com radiação e da outras providencias. - poder conclusivo das comissões - artigo 24, inciso II	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 18 02 93 PAG 3979 COL 01
1992	3312/1991	José Linhares PSDB/CE	Estabelece formas de prestação de serviços em hospitais e estabelecimentos de serviços de saúde em geral. Explicação: concedendo opção de prestação de serviço como empregado celetista, autônomo, credenciado, conveniado, cadastrado ou como pessoa jurídica.	Proposição pronta para a pauta. Última ação: 15/04/2005 Publicação: DCN1 20 01 93 PAG 862 COL 01
1992	3258/1992	Sérgio Arouca PPS/RJ	Dispõe sobre o exercício da medicina, a organização e atuação dos conselhos de medicina e da outras providencias.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 22 12 92 PAG 27439 COL 01
1992	3201/1992	Poder Executivo	Dispõe sobre a aposentadoria especial de que trata o artigo 57 da lei 8213, de 24 de julho de 1991. Explicação: sendo concedida ao segurado que tenha exercido atividade nociva exigindo comprovação de exposição ao agente nocivo seja ele agente químico, agente físico, agente biológico ou associação de agentes e classificando as atividades profissionais segundo os grupos profissionais, nas áreas urbana e rural.	Proposição retirada pelo autor. Publicação: DCN1 19 09 92 PAG 21534 COL 02
1992	3137/1992	Inocêncio Oliveira PFL/PE	Dispõe sobre o regime de trabalho dos empregados em estabelecimentos privados de serviços de saúde. Explicação: fixando a jornada de trabalho do profissional de saúde em 24 (vinte e quatro) horas semanais, a base de calculo dos adicionais de insalubridade e periculosidade, e não aplicando a mulher o impedimento de exercer atividades insalubres.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 17 09 92 PAG 21194 COL 01
1992	2916/1992	Rubens Bueno PSDB/PR	Regulamenta a profissão de terapeuta naturista e determina outras providencias. - poder conclusivo das comissões - artigo 24, inciso II	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 13 06 92 PAG 13248 COL 01

Anexo I.1: Demandas de Regulação Profissional no Legislativo - 1970 / 2005 - Medicina

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
1992	2828/1992	George Takimoto PFL/MS	Determina o tempo mínimo de duração de atendimento médico, e da providências. Explicação: duração mínima de 15 minutos. - poder conclusivo das comissões - artigo 24, inciso II. Bloco	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 02 06 92 PAG 11587 COL 02.
1992	2605/1992	Renato Vianna PMDB/SC	Regulamenta o exercício das profissões que se utilizam de radiações ionizantes com fins diagnósticos e terapêuticos e da outras providências. Explicação: regulamentando as seguintes profissões e especialidades: médico radiologista, médico radioterapeuta, médico especializado em medicina nuclear e radioisótopos, odontólogos, técnicos em radiologia, em radioterapia e medicina nuclear; e operadores de aparelhos radiológicos	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 01 04 92 PAG 5659 COL 02
1992	2558/1992	Senado Federal	Dispõe sobre a necrópsia como método de diagnóstico médico e de investigação médico-legal e dá outras providências.	Proposição ativa (última ação: 2003). Publicação: DCN1 24 03 92 PAG 4538 COL 01
1993	4208/1993	Poder Executivo	Da nova redação ao caput do artigo quarto da lei 6932, de 07 de julho de 1981, alterado pela lei 8138, de 28 de dezembro de 1990. Explicação: assegurando ao médico residente bolsa de estudo no valor correspondente a oitenta e cinco por cento da remuneração do médico, para jornada de 40 horas e cem por cento para jornada de 60 horas). - poder conclusivo das comissões - artigo 24, inciso II.	Proposição transformada na LEI 8725/93. DOFC 08 11 93 PAG 16674 COL 01. RET: DOFC 11 11 93 PAG 16930 COL 02.
1993	4114/1993	Nelson Morro PFL/SC	Proíbe a cobrança de honorários médicos em valores superiores aos estabelecidos pela tabela da associação médica brasileira. - poder conclusivo das comissões - artigo 24, inciso II.	Proposição inativa, arquivada. Apresentação do projeto: DCN1 01 09 93 PAG 17946 COL 01
1993	4098/1993	Edinho Ferramenta PT/MG	Estabelece normas gerais para os procedimentos médicos, nas diferentes modalidades, no atendimento e tratamento dos pacientes com AIDS e/ou soropositivos e declara direitos gerais dos portadores de HIV. - poder conclusivo das comissões - artigo 24, inciso II.	Proposição inativa, arquivada. Não foi encontrada a referência da publicação do projeto tampouco da apresentação.
1993	3638/1993	Luiz Moreira PTB/BA	Institui normas para a utilização de técnicas de reprodução assistida. Incluindo as questões relativas a fertilização 'in vitro', inseminação artificial e barriga de aluguel - gestação de substituição ou doação temporária do útero	Proposição ativa, "aguardando retorno". Publicação: DCN1 30 03 93 PAG 6329 COL 02
1993	4094/1993	Wanda Reis PFL/RJ	Regula o exercício da profissão de massagista. - poder conclusivo das comissões - artigo 24, inciso II.	Proposição inativa, arquivada. Não foi encontrada a referência da publicação do PL. Apresentação: DCN1 27 08 93 PAG 17456 COL 01
1994	4876/1994	Nelson Jobim PMDB/RS	Dispõe sobre a instituição do fundo de custeio dos honorários de perícias de insalubridade ou periculosidade na justiça do trabalho. - poder conclusivo das comissões - artigo 24, inciso II.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 25 01 95 PAG 1256 COL 01.

Anexo I.1: Demandas de Regulação Profissional no Legislativo - 1970 / 2005 - Medicina

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
1994	4861/1994	Aparício Carvalho PSDB/RO	Cria o cargo de medico perito e da outras providencias. - poder conclusivo das comissões - artigo 24, inciso II.	Proposição inativa, "devolvida ao autor". Publicação: DCN1 14 01 95 PAG 0698 COL 01
1994	4658/1994	Nelson Gibson PMN/PE	Dispõe sobre a vinculação dos servidores inativos do extinto instituto nacional de assistência medica da previdência social - INAMPS. - poder conclusivo das comissões - artigo 24, inciso II.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 17 08 94 PAG 11783 COL 01.
1994	4556/1994	Virmondés Cruvinel PMDB/GO	Dispõe sobre o piso salarial de médicos e cirurgiões-dentistas. Explicação: fixando o piso salarial do cirurgião dentista, em novecentos e oitenta e oito e quarenta e hum centavos de URV para 20 horas semanais. Pelo texto do substitutivo do senado o piso salarial dos médicos e cirurgiões-dentistas será de r\$ 1.337,32 (hum mil, trezentos e trinta e sete reais e trinta e dois centavos).	Proposição ativa, pronta para a pauta. Última ação: 30/5/2005 Publicação: DCN1 09 06 94 PAG 9102 COL 01. Ver outras publicações.
1994	4555/1994	Nelson Gibson PMN/PE	Altera dispositivos da lei 3999, de 15 de dezembro de 1961, que 'altera o salário mínimo dos médicos e cirurgiões-dentistas'. Explicação: fixando em 500.000,00 cruzeiros reais para os médicos e 200.000,00 cruzeiros reais para os auxiliares, o valor mínimo do salário profissional, reajustáveis na data-base da categoria correspondente). - poder conclusivo das comissões - artigo 24, inciso II.	Proposição inativa, vetada totalmente. Publicação: DCN1 09 06 94 PAG 9100 COL 02
1994	4546/1994	Eduardo Jorge PT/SP	Revoga dispositivos ainda vigente do decreto 20931, de 11 de janeiro de 1932, sobre a competência exclusiva de médicos para gerir serviços de saúde. Explicação: estabelecendo que as direções técnica e administrativa dos serviços de saúde ambulatoriais ou hospitalares, públicos ou privados poderão ser exercidos por profissionais de saúde devidamente habilitados). - poder conclusivo das comissões - artigo 24, inciso II.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCN1 14 05 94 PAG 7643 COL 01
1995	1390/1995	Carlos Mosconi PSDB/MG	Regula as atividades das empresas de planos de saúde, de medicina de grupo, cooperativas médicas, empresas de autogestão e assemelhados.	Proposição ativa, arquivada. Publicação: DCD 18 01 96 PAG 1674 COL 01. REP: DCD 11 09 97 PAG 27677 COL 02
1995	1377/1995	Eduardo Jorge PT/SP	Regulamenta as ações e os serviços da saúde do trabalhador no Sistema Único de Saúde - SUS	Proposição ativa, arquivada. Publicação: DCD 18 01 96 PAG 1645 COL 02.
1995	1076/1995	Talvane Albuquerque PPB/AL	Dispõe sobre inclusão do medico perito local do INSS nos benefícios da lei 8538, de 22 de dezembro de 1992, que institui a gratificação de estímulo a fiscalização e arrecadação - GEFA.	Proposição inativa, "devolvida ao autor". Não foi encontrada a referência da publicação.
1995	975/1995	Paulo Feijó PSDB/RJ	Cria o Seguro Nacional de Saúde e a Contribuição Nacional de Saúde e dá outras providências.	Proposição ativa, arquivada. Publicação: DCN1 10 10 95 PAG 945 COL 02

Anexo I.1: Demandas de Regulação Profissional no Legislativo - 1970 / 2005 - Medicina

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
1995	944/1995	Agnelo Queiroz PCdoB/DF	Regulamenta os planos e seguros de saúde e da outras providencias. - poder conclusivo das comissões - artigo 24, inciso II.	Proposição ativa, arquivada. Publicação: DCD 11 09 97 PAG 27674 COL 02.
1995	693/1995	Poder Executivo	Dispõe sobre jornada de trabalho de medico, medico de saúde publica, medico do trabalho e medico veterinário, da administração publica federal direta, das autarquias e das fundações publicas federais, e da outras providencias. Explicação: fixando a jornada de trabalho dos médicos, servidores públicos, em 04 (quatro) horas diárias, podendo cumprir duas jornadas diárias correspondentes ao mesmo cargo). - poder conclusivo das comissões - artigo 24, inciso II.	Proposição transformada na LEI 9436/97. DOFC 06 02 97 PAG 2248 COL 01. VETADO PARCIALMENTE (MSC 161/97-PE E MSG 191/97-CN). RAZÕES DO VETO: DOFC 06 02 97 PAG 2251 COL 01. MANTIDO O VETO EM 15 09 99. Publicação: DCN1 15 08 95 PAG 18251 COL 01.
1995	649/1995	Moacyr Andrade PPR/AL	Dispõe sobre a assistência medica e social na zona rural canavieira e da outras providencias. - poder conclusivo das comissões - artigo 24, inciso II.	Proposição ativa, arquivada. Publicação: DCN1 09 08 95 PAG 16821 COL 01.
1995	407/1995	José Carlos Coutinho PDT/RJ	Dispõe sobre exigência de dados nos receituários médicos. Explicação: determinando que nas instituições de saúde publique ou conveniadas torna-se obrigatório, no receituário medico a menção do nome do medicamento produzido pela CEME ao lado do nome comercial do remédio). - poder conclusivo das comissões - artigo 24, inciso II.	Proposição ativa, arquivada. Publicação: DCN1 22 06 95 PAG 13756 COL 02.
1996	2420/1996	Silas Brasileiro PMDB/MG	Dispõe sobre os contratos que asseguram atendimento médico-hospitalar por empresas privadas.	Proposição ativa, arquivada. Publicação: DCD 26 10 96 PAG 28009 COL 01
1996	2118/1996	Wilson Leite Passos PPB/RJ	Autoriza a recusa, por parte dos profissionais da área medica, a pratica do abortamento.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCD 16 07 96 PAG 20145 COL 01
1996	2104/1996	José Fortunatti PT/RS	Dispõe sobre planos e seguros privados de assistência à saúde e dá outras providências.	Proposição ativa, arquivada. "Prejudicado, em face da aprovação do substitutivo da CESP ao pl. 4425/94". Publicação: DCD 16 07 96 PAG 20129 COL 02. REP: DCD 11 09 97 PAG 27684 COL 01
1996	2013/1996	Wilson Leite Passos PPB/RJ	Estabelece critérios para funcionamento das clinicas geriátricas, hospitais e similares no país que recebam verbas da união. - poder conclusivo das comissões - artigo 24, inciso II.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCD 03 07 96 PAG 18852 COL 01.
1996	1698/1996	Nedson Micheleti PT/MS	Dispõe sobre a jornada e condições de trabalho dos médicos, enfermeiros, auxiliares e farmacêuticos e dos demais trabalhadores que manuseiam drogas quimioterápicas antineoplásicas. - poder conclusivo das comissões - artigo 24, inciso II.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCD 18 04 96 PAG 10015 COL 01

Anexo I.1: Demandas de Regulação Profissional no Legislativo - 1970 / 2005 - Medicina

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
1996	1841/1996	Wilson Chignati PMDB/RS	Altera a redação do artigo 60 na consolidação das leis do trabalho - CLT. Explicação: dispondo que a autorização para prorrogação da jornada normal de trabalho, no caso de exercício de atividades insalubres, poderá ser dada por medico oficial ou do trabalho ou, ainda, qualquer medico nas localidades em que não houver serviço medico oficial ou de medicina do trabalho.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCD 28 05 96 PAG 15117 COL 01.
1997	3961/1997	Salatiel Carvalho PPB/PE	Estabelece normas para o uso médico do silicone e dá outras providências. Explicação: proibindo os médicos de realizarem implantação cirúrgica ou inoculação de silicone sem assinatura de termo de responsabilidade do paciente ou de seu responsável.	Proposição ativa, aguardando retorno (despachada ao senado federal). Publicação: DCD 24 02 99 PAG 6482 COL 01
1997	3028/1997	Senado Federal	Dispõe sobre o piso salarial dos médicos e dos auxiliares, alterando dispositivos da lei 3999, de 15 de dezembro de 1961, que altera o salário mínimo dos médicos e cirurgiões dentistas. Explicação: fixando o piso salarial dos médicos em hum mil e quinhentos reais e dos auxiliares em seiscentos reais.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCD 09 05 97 PAG 11924 COL 01
1997	3227/1997	Waldomiro Fioravante PT/RS	Altera o artigo 189 da consolidação das leis do trabalho para dar novo conceito legal a insalubridade. Explicação: garantindo o pagamento de adicional de insalubridade, não em função do risco real apurado em perícia medica, mas em razão do risco potencial de dano a saúde no exercício de atividades de natureza insalubre.	Proposição inativa, arquivada. Publicação: DCD 15 07 97 PAG 19584 COL 02
1997	3522/1997	Airton Dipp PDT/RS	Dispõe sobre as contas e os procedimentos a serem adotados por estabelecimentos de saúde, clínicas e hospitais em relação aos seus pacientes.	Proposição ativa, tramitando em conjunto ao PL-2594/1996 . Publicação: DCD 06 09 97 PAG 26895 COL 01
1998	4639/1998	Paulo Paim PT/SP	Dispõe sobre a concessão de adicional de periculosidade aos trabalhadores em instituições psiquiátricas e assemelhadas.	Proposição ativa, arquivada. Publicação: DCD 16 09 98 PAG 22677 COL 02.
1999	1244/1999	Luiz Bittencourt PMDB/GO	Dispõe sobre a prática da acupuntura nos hospitais públicos.	Proposição ativa, arquivada. Publicação: DCD 09 09 99 PAG 40312 COL 02
1999	92/1999	Jandira Feghali PCdoB/RJ	Dispõe sobre o exercício da medicina, a organização e atuação dos conselhos de medicina e da outras providencias. Criando o conselho pleno nacional.	Proposição ativa, em regime de urgência. Publicação: DCD 20 03 99 PAG 10814 COL 01.
2000	3589/2000		Determina a inclusão da impressão mecânica ou computadorizada de receitas médicas e atestados médicos.	Proposição ativa, arquivada. Não há referência da publicação.
2000	3555/2000		Altera as Leis nºs 6.932, de 7 de julho de 1981 e 8.138, de 28 de dezembro de 1990, que dispõem sobre a residência médica. Explicação: garantindo aos médicos residentes bolsa de estudos no valor de oito (08) salários mínimos, alimentação e moradia, inclusive nos locais de plantão.	Proposição ativa, arquivada. Não há referência da publicação.

Anexo I.1: Demandas de Regulação Profissional no Legislativo - 1970 / 2005 - Medicina

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
2000	3499/2000		Altera o art. 3º do Decreto - Lei nº 938, de 13 de outubro de 1969, para permitir o uso da acupuntura no tratamento fisioterápico.	Proposição ativa, arquivada. Não há referência da publicação.
2000	3080/2000		Altera a Lei nº 6.932, de 07 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente e dá outras providências. Explicação: dispondo que os títulos de especialista e os direitos a eles relacionados serão prerrogativas exclusivas dos médicos que tenham concluído, com aproveitamento, a residência médica.	Proposição ativa, arquivada. Não há referência da publicação.
2000	2583/2000		Altera as exigências para a redação da receita médica e de outros profissionais habilitados legalmente.	Proposição ativa, arquivada. Não há referência da publicação.
2000	3333/2000		Dispõe sobre a obrigatoriedade de todos os médicos do País, a prescreverem receitas com o princípio ativo dos medicamentos e dá outras providências.	Proposição ativa, tramitando em conjunto. Publicação: DCD 29 06 00 PÁG 35721 COL 01
2000	3249/2000		Obriga aos médicos e instituições credenciadas pelo Sistema Único de Saúde a prescreverem medicamentos com sua denominação genérica.	Proposição ativa, aguardando deliberação. Publicação: DCD 27/06/2000 PÁG 34326 COL 01
2000	3499/2000		Regulamenta a profissão de psicanalista.	
2001	6009/2001		Determina a obrigatoriedade da prestação de serviços para recém graduados em cursos de Medicina de Instituição Pública em Municípios com carência de Médicos.	Proposição ativa, arquivada. Publicação: DCD de 2/4/2002 PÁG 11692 COL 02
2001	5805/2001		Dá nova redação ao art. 4º, da Lei nº 6.932, de 07 de julho de 1981, altera as tabelas de vencimento básico dos professores do ensino de 3º grau e dos professores de 1º e 2º graus, integrantes dos quadros de pessoal das instituições federais de ensino, e altera dispositivos da Lei nº 10.187, de 12 de fevereiro de 2001. Explicação: Aplicando aos médicos residentes a Tabela do Plano Único e Classificação de Cargos e Empregos (PUCRCE); alterando o valor da Gratificação de Incentivo à Docência - GID.	Proposição transformada na Lei 10.405/02. DOFC 10 01 02 PAG 001 COL 02. Não foi encontrada a referência da publicação.
2001	5605/2001		Requer a presença de médicos homeopatas nos hospitais e serviços públicos oficiais	Proposição ativa, arquivada. Publicação: DCD de 27/11/2001
2001	5492/2001		Altera a redação do § 1º do art. 1º da Lei nº 9.436, de 05 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a jornada de Médico, Médico de Saúde Pública, Médico do Trabalho e Médico Veterinário da Administração Pública Federal direta, das autarquias e das fundações públicas federais. Explicação: Condicionando a opção pelo exercício de atividade em quarenta horas semanais aos interesses da Administração Pública.	Proposição ativa, pronta para a pauta. Publicação: DCD de 10/10/2001 PÁG 48434 COL 01
2001	5442/2001		Dispõe sobre a aposentadoria especial de médicos, paramédicos e empregados em estabelecimentos hospitalares.	Proposição ativa, arquivada. Publicação: DCD de 2/10/2001

Anexo I.1: Demandas de Regulação Profissional no Legislativo - 1970 / 2005 - Medicina

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
2001	5283/2001		Regulamenta a profissão de Podólogo.	Proposição ativa, aguardando decisão do relator. Publicação: DCD 01 11 01 PÁG 54787 COL 01.
2001	5144/2001		Inserir dispositivos no Código Penal para tipificar a conduta do não preenchimento correto de prontuários médicos e declarações de óbito. Explicação: Alterando o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.	Proposição ativa, arquivada. Publicação: DCD de 22/8/2001.
2001	4991/2001		Altera a Lei nº 3.268, de 1957, que "dispõe sobre os Conselhos de Medicina, e dá outras providências". Explicação: Estabelecendo a competência do Conselho Regionais de Medicina fixar uma tabela de honorários para a respectiva Unidade Federada.	Proposição ativa, arquivada. Publicação: DCD de 10/8/2001.
2001	4901/2001		Regulamenta restritivamente o emprego da Eletroconvulsoterapia (ECT) e dá outras providências. Explicação: Regulamentando a utilização de eletrochoque em pacientes portadores de sofrimento psíquico.	Proposição ativa, arquivada. Não foi encontrada referência à publicação ou leitura.
2001	4732/2001		Dispõe sobre a elaboração de tabela de honorários médicos, odontológicos e de outros profissionais como base mínima para contratos com as operadoras de planos de saúde.	Proposição ativa, aguardando deliberação. Publicação: DCD 25 05 01 PÁG 23842 COL 02.
2001	4668/2001		Estabelece estágio obrigatório remunerado como condição para a concessão do diploma de médico e o exercício profissional da Medicina.	Proposição ativa, arquivada. Não foi encontrada referência à publicação.
2001	4213/2001		Acrescenta dispositivo à Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os conselhos de medicina e dá outras providências. Explicação: aumentando o prazo da suspensão da pena disciplinar de exercício profissional dos médicos aplicada pelos conselhos regionais.	Proposição ativa, pronta para a pauta. Publicação: DCD 30 03 01 PÁG 09563 COL 01.
2001	4104/2001		Estabelece critérios informativos nas prescrições médicas e odontológicas.	
2001	5192/2001		Dispõe sobre a obrigatoriedade de oferecimento de programas de residência médica pelas escolas de medicina. Explicação: Obrigando as Escolas de Medicina a oferecer programas de residência médica nas áreas básicas de clínica médica, cirurgia, pediatria, obstetrícia e medicina generalista.	Proposição ativa, tramitando em conjunto (apensada à 5182/2001). Publicação: DCD 25 10 01 PÁG 51904 COL 01
2001	5182/2001		Estabelece percentual mínimo de vagas disponibilizadas pelas Instituições de Ensino para a Residência Médica.	Proposição ativa, pronta para a pauta. (apensada à 5192/2001). Publicação: DCD de 27 10 01 PÁG 53713 COL 02

Anexo I.1: Demandas de Regulação Profissional no Legislativo - 1970 / 2005 - Medicina

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
2002	7509/2002		Dispõe sobre a criação de Plano de Cargos e Salários Específico da Área Médico-Pericial do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e dá outras providências. Explicação: Criando a Gratificação de Desempenho de Atividade Médico - Pericial - GDAMP e a Gratificação Específica de Supervisor Médico - Pericial - GESMP.	Proposição retirada pelo autor. Não foi encontrada a referência da publicação.
2002	6800/2002		Dispõe sobre a renovação do registro de médicos no Conselho Regional de Medicina. Explicação: Exigindo a renovação do registro do médico de cinco em cinco anos.	Proposição ativa, aguardando parecer. Publicação: DCD 05/06/02 PÁG 28008 COL 01.
2002	6710/2002		Obriga médicos formados em Universidades Públicas Federais e/ou Estaduais, a prestar atendimento gratuito diário e dá outras providências.	Proposição ativa, arquivada. Publicação: DCD 30/05/02 PÁG 27272 COL 01.
2002	6653/2002		Regulamenta o exercício profissional da acupuntura, e dá providências.	Proposição ativa, arquivada. Publicação: DCD 09 05 04 PÁG 22880 COL 02.
2002	6471/2002		Dispõe sobre os serviços de saúde em âmbito municipal e dá outras providências.	Proposição ativa, arquivada. Publicação: DCD 25/04/02 PÁG 20150 COL 01.
2002	6468/2002		Acrescenta § 5º ao Art. 18 da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, para dispor sobre a inscrição do registro profissional de médico em caso de exercício da atividade em cidades de fronteiras entre Estados jurisdicionados a diferentes Conselhos Regionais.	Proposição ativa, arquivada. Publicação: DCD 13/04/02 PÁG 16732 COL 02.
2002	6339/2002		Obriga a presença de médico nas academias de ginástica. Musculação, artes marciais e congêneres, no seu horário de funcionamento.	
2002	7448/2002		"Estabelece normas para registro de diploma e inscrição nos Conselhos Profissionais dos graduados em Medicina, Enfermagem, Farmácia, Bioquímica, Odontologia e Fisioterapia."	Proposição ativa, arquivada. Publicação: não foi encontrada referência.
2003	2783/2003		Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Óptico Optometrista.	
2003	2626/2003		Dispõe sobre a regulamentação e fiscalização do exercício profissional da Acupuntura. Explicação: Denominando o "Acupunturista" e o "Acupuntor".	Proposição ativa, tramitando em conjunto (PL1549/2003). Publicação: DCD de 11/12/2003.
2003	2528/2003		Dispõe sobre procedimentos de segurança para emissão de receituários e carimbos médicos.	Proposição ativa, pronta para a pauta. Publicação: 10/12/2003 PAG 66498 COL 02.
2003	2354/2003		Dispõe sobre o exercício da profissão de parteira tradicional e dá outras providências.	Proposição ativa, aguardando parecer. Publicação: 15 11 03 PAG 61814 COL 01.
2003	2061/2003		Disciplina o uso de técnicas de Reprodução Humana Assistida como um dos componentes auxiliares no processo de procriação, em serviços de saúde, estabelece penalidades e dá outras providências.	Proposição ativa, tramitando em conjunto (PL1184/2003).

Anexo I.1: Demandas de Regulação Profissional no Legislativo - 1970 / 2005 - Medicina

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
2003	1929/2003		"Estabelece normas para registro de diploma e inscrição nos Conselhos Profissionais dos graduados em Medicina, Enfermagem, Farmácia, Bioquímica, Odontologia e Fisioterapia".	Proposição ativa, arquivada. Publicação: 30/09/2003 PÁG 50936 COL 01.
2003	1714/2003		Dispõe sobre Atestado de Saúde. Explicação: Dispondo que o Atestado de Saúde tem seu uso privativo pelos Profissionais de Saúde em geral.	Proposição ativa, tramitando em conjunto (PL1316/2003) Publicação: DCD 04 09 03 PÁG 42083 COL 02.
2003	1702/2003		Acrescenta § 6º ao art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para determinar a filiação facultativa do médico residente ao Regime Geral de Previdência Social.	Proposição ativa, arquivada. Publicação: DCD 09 09 03 PÁG 44632 COL 01.
2003	1649/2003		Institui a ultra-sonografia como especialidade médica e dá outras providências. Explicação: Formando Ecografista, especialista em ultra-sonografia.	Proposição ativa, arquivada. Publicação: DCD 21 08 03 PÁG 39387 COL 01.
2003	1603/2003		Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde", e dá outras providências. Explicação: Restringindo o descredenciamento de entidades hospitalares e profissionais de saúde e proibindo a recusa de credenciamento caso os profissionais estejam aptos.	
2003	840/2003		Institui o Exame de Ordem como condição prévia ao exercício da Medicina.	Proposição ativa, aguardando parecer. Publicação: 21/05/2003 PÁG 21683 COL 01
2003	587/2003		Dispõe sobre a elaboração de tabela de honorários médicos, odontológicos e de outros profissionais, como base mínima para contratos com as operadoras de planos de saúde.	Proposição ativa, tramitando em conjunto. (apensada à 4732/2001). Publicação: DCD 29 04 03 PÁG 17019 COL 02.
2003	544/2003		Dispõe sobre a prática da drenagem linfática manual nos hospitais públicos, contratados, conveniados e cadastrados do Sistema Único de Saúde - SUS . Explicação: Incluindo como beneficiário da massagem linfática pacientes com quadro de linfedemas oriundos de mastectomia.	Proposição ativa, pronta para a pauta. Publicação: DCD 25 04 03 PAG 16579 COL 01.
2003	156/2003		Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde". Explicação: Prevendo a possibilidade de escolha do profissional de saúde, pelo beneficiário de plano de saúde.	Proposição ativa, aguardando parecer.
2003	86/2003		Acresce parágrafo ao art. 148 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, facultando a médicos particulares, conveniados a planos de saúde ou vinculados aos serviços do Sistema Único de Saúde - SUS -, a aplicação dos exames de aptidão física e mental para obtenção ou renovação do documento de habilitação.	Proposição ativa, tramitando em regime de urgência. Publicação: DCD 18 03 03 PÁG 07269 COL 02.

Anexo I.1: Demandas de Regulação Profissional no Legislativo - 1970 / 2005 - Medicina

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
2003	1730/2003		Dispõe sobre a obrigatoriedade das receitas prescritas por médicos, dentistas e veterinários, serem digitadas ou apresentadas através de outros processos mecânicos ou eletrônicos.	Proposição ativa, sujeita ao arquivamento. Não foi encontrada referência à publicação.
2003	1316/2003		Dispõe sobre Atestado de Saúde. Explicação: Dispondo que o Atestado de Saúde tem seu uso privativo pelos Profissionais de Saúde em geral.	Proposição ativa, pronta para a pauta. Publicação: DCD 16 07 03 PAG 33598 COL 02.
2003	1549/2003		Disciplina o exercício profissional de Acupuntura e determina outras providências.	Proposição ativa, tramitando em conjunto. Publicação: DCD 07 08 03 PÁG 36912 COL 02
2003	316/2003		Dispõe sobre a prática da acupuntura nos hospitais do Sistema Único de Saúde.	Proposição ativa, aguardando parecer. Publicação: DCD 01 04 03 PÁG 11017 COL 02.
2004	4739/2004		"Dispõe sobre obrigatoriedade de expedição de receitas médicas digitadas em computador, datilografadas ou escritas manualmente em letra de imprensa e dá outras providências". Explicação: Exigindo que a receita médica contenha orientação de uso e os possíveis efeitos colaterais do medicamento.	Proposição ativa, tramitando em conjunto (PL 1730/2003). Publicação: 17/02/2005 PÁG 00863 COL 01.
2004	4360/2004		Acrescenta inciso ao artigo 128 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. (Anencefalo) Explicação: Isentando de pena o aborto praticado por médico se o feto é portador de Anencefalia, comprovada por laudo independente de dois médicos.	Proposição ativa, arquivada. Publicação: 18/11/2004 PAG 49402 COL 02.
2004	4357/2004		"Torna obrigatória a presença de ambulância e de profissionais da área de saúde nos postos da Polícia Rodoviária Federal"	
2004	4342/2004		Altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, para determinar o exame de habilitação para o exercício da Medicina.	Proposição ativa. Publicação: DCD de 12/11/2004 PAG 48575 COL 02.
2004	3649/2004		Altera a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro, para incluir dispositivo sobre as cooperativas de trabalho médico. Explicação: Proibindo a exigência de exclusividade de atuação profissional do médico associado em cooperativa de trabalho.	Proposição ativa, pronta para a pauta. Publicação: DCD 08 06 04 PÁG 26802 COL 02.
2004	3586/2004		Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para vedar a fixação de teto financeiro para o pagamento de hospitais públicos ou de ensino.	Proposição ativa, arquivada.
2004	3466/2004		Estabelece critérios para a edição de lista referencial de honorários médicos, no âmbito nacional, e dá outras providências.	Proposição ativa, tramitando em regime de urgência. Publicação: DCD 19 05 04 PÁG 22565 COL 01.
2004	3224/2004		Dispõe sobre a obrigatoriedade de registro exclusivo dos Hospitais, Maternidades, Casas de Saúde e Clínicas Médicas nos Conselhos Regionais de Medicina.	Proposição ativa, aguardando designação do relator. Publicação: 06/04/2004 PÁG 14506 COL 02.

Anexo I.1: Demandas de Regulação Profissional no Legislativo - 1970 / 2005 - Medicina

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
2005	5778/2005		Isenta médicos do pagamento de infrações de trânsito durante o deslocamento para atendimento médico de emergência.	Proposição ativa, aguardando apensação. Publicação: DCD de 25/8/2005.
2005	5481/2005		Acrescenta § 5º ao Art. 18 da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, para dispor sobre a inscrição do registro profissional de médico em caso de exercício da atividade em cidades de fronteiras entre Estados jurisdicionados à diferentes Conselhos Regionais. Explicação: Garantindo o exercício profissional do Médico na cidade pertencente à jurisdição diversa de sua inscrição.	Proposição ativa, aguardando designação do relator. Publicação: DCD de 06/07/2005.
2005	5364/2005		Dispõe sobre a punibilidade do aborto no caso de gravidez resultante de estupro. Explicação: Alterando o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	Proposição ativa, tramitando em conjunto (apensada à PL1135/2001) Publicação: 15/06/2005 PÁG 25143 COL 02.
2005	5166/2005		Dispõe sobre os crimes de antecipação terapêutica de parto de feto anencefálico ou inviável, e dá outras providências.	Proposição ativa, tramitando em conjunto (apensada à PL1135/2001) Publicação: 19/05/05 PAG 19434 COL 02.
2005	5078/2005		Estabelece e regulamenta os mecanismos para a proteção, promoção, reconhecimento e exercício da Medicina Tradicional, das Terapias Complementares e do patrimônio biogenético das populações indígenas e dá outras providências.	Proposição ativa, aguardando recebimento Publicação: DCD 06 05 05 PÁG 17042 COL 01
2005	5058/2005		Regulamenta o art. 226, § 7º, da Constituição Federal, dispondo sobre a inviolabilidade do direito à vida, definindo a eutanásia e a interrupção voluntária da gravidez como crimes hediondos, em qualquer caso. Explicação: Alterando o Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 1940) e a Lei dos Crimes Hediondos (Lei nº 8.072, de 1990).	Proposição ativa, aguardando parecer. Publicação: DCD 10/05/05 PAG 17475 COL 02
2005	5134/2005		Altera a redação do art. 5º da Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, e dá outras providências. Explicação: Tornando crime inafiançável a utilização e pesquisa com células-tronco obtidas de embrião humano.	Proposição ativa, aguardando parecer. Publicação: 17/05/2005 PÁG 18498 COL 02.

ANEXO I.2 - DEMANDAS DE REGULAÇÃO PROFISSIONAL NO LEGISLATIVO – 1970 - 2005

ENFERMAGEM

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
1970	2334/1970	Emilio Gomes ARENA/PR	Acrescenta dispositivos a lei 2604, de 17 de setembro de 1955, que regula o exercício da enfermagem profissional, e define as atribuições do técnico de enfermagem.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 30 10 70 PAG 5230 COL 03. Última ação: arquivado em 2/2/1983
1970	2179/1970	Medeiros Neto ARENA/AL	Oferece nova redação ao parágrafo primeiro do artigo segundo do decreto-lei 299, de 28 de fevereiro de 1967, e transforma em auxiliares de serviço medico os atuais atendentes de enfermagem e da outras providencias.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 26 06 70 PAG 2689 COL 01. Última ação: arquivado em 25/6/1970
1970	2155/1970	Joel Ferreira MDB/AM	Torna obrigatória, entre os tripulantes de aviões a jato, os providos de turboélice e os supersônicos, a presença de um enfermeiro diplomado, e da outras providencias.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 02 06 70 PAG 1828 COL 01. Última ação: despacho ao arquivo (rejeitado) em 24/6/1970
1970	2154/1970	Sinval Boaventura ARENA/MG	Torna obrigatório as empresas de aviação a inclusão de um (a) enfermeiro (a) no corpo da tripulação do aparelho e da outras providencias.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 02 06 70 PAG 1827 COL 04. Última ação: arquivado em 1/6/1970
1972	981/1972	Marcos Freire NI/NI	Dispõe sobre os intervalos para descanso, dos empregados em serviço de enfermagem dos hospitais, casas de saúde e ambulatórios particulares, sujeitos ao regime de plantão, e da outras providencias.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 05/12/72 PAG 5780 COL 02. Última ação: arquivado em 8/3/1975
1972	954/1972	Marcos Freire NI/NI	Estabelece adicional de periculosidade aos trabalhadores que especifica. (aos que exerçam suas atividades em contato com doentes mentais, terão adicionais de trinta por cento, enquanto perdurarem as condições de serviço).	Proposição inativa. Publicação: DCN1 18 11 72 PAG 5069 COL 04. Última ação: arquivado em 8/3/1975
1973	1126/1973	Poder Executivo	Dispõe sobre a criação dos conselhos federal e regionais de enfermagem e da outras providencias.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 24/03/73 PAG 336 COL 01. Última ação: transformado na LEI 5905/1975, DOFC 13 07 73.
1974	2376/1974	Alfeu Gasparini NI/NI	Fixa em 06 (seis) horas a jornada de trabalho de enfermeiros, auxiliares de enfermagem e atendentes.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 03 12 74 PAG 9299 COL 01. Última ação: arquivado em 8/3/1975
1974	2197/1974	Alfeu Gasparini NI/NI	Dispõe sobre o salário mínimo profissional para o atendente de enfermagem.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 07 09 74 PAG 6937 COL 03. Última ação: arquivado em 8/3/1975

Anexo I.2: Demandas de Regulação Profissional no Legislativo – 1970 / 2005 – Enfermagem

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
1975	1577/1975	Athie Coury NI/NI	Dispõe sobre os intervalos para descanso dos empregados em serviços de enfermagem dos hospitais, casas de saúde e ambulatórios particulares, e determina outras providencias.	Proposição inativa. Publicação: DC1S/A 04 12 75, PAG 080, COL 03. Última ação: arquivado em 5/3/1979
1975	1479/1975	Athie Coury NI/NI	Fixa em seis horas a jornada de trabalho de enfermeiros, auxiliares de enfermagem e atendentes.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 12 11 75 PAG 10328 COL 02. Última ação: arquivado em 2/3/1979
1975	1542/1975	Emanoel Waisman NI/NI	Obriga o plantão permanente em casas de saúde e hospitais de um medico para cada trinta leitos ou fração e de um enfermeiro diplomado para cada vinte leitos ou fração e da outras providencias.	Proposição inativa. Publicação: DC1S/A 04 12 75, PAG 041, COL 01. Última ação: arquivado em 2/3/1979
1976	3019/1976	Moreira Franco NI/NI	Dispõe sobre o descanso obrigatório aos empregados em serviços de enfermagem e sobre a respectiva remuneração mínima.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 19 10 76 PAG 10548 COL 01. Última ação: arquivado em 2/3/1979
1976	2952/1976	Leônidas Sampaio MDB/RJ	Institui o salário-mínimo profissional dos enfermeiros e da outras providencias.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 05 10 76 PAG 9954 COL 01. Última ação: despacho ao arquivo (rejeitado) em 13/3/1979
1976	2918/1976	Jorge Arbage NI/NI	Considera insalubre e perigosa a atividade dos médicos, dentistas e enfermeiros, nas condições que especifica, para efeito de aposentadoria especial.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 29 09 76 PAG 9617 COL 01. Última ação: arquivado em 2/3/1979
1976	2800/1976	Lygia Lessa Bastos NI/NI	Disciplina a cobrança de honorários por serviços médicos, odontológicos e de enfermagem e dá outras providências.	Proposição inativa. Publicação:DCN1 04 09 76 PAG 8463 COL 02. Última ação: arquivado em 16/3/1978
1976	2703/1976	Lincoln Grillo NI/NI	Acrescenta dispositivo a lei 2604, de 17 de setembro de 1955, que regula o exercício da enfermagem profissional. Explicação: as funções relativas a enfermagem somente poderão ser exercidas por pessoas habilitadas.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 25 08 76 PAG 7927 COL 01. Última ação: arquivado em 2/3/1979
1979	2198/1979	Tertuliano Azevedo NI/NI	Dispõe sobre remuneração e horário de trabalho de enfermeiros, obstetizes, auxiliares de enfermagem e parteiras.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 06 11 79 PAG 12494 COL 01. Última ação: arquivado em 2/2/1983
1979	988/1979	Leônidas Sampaio NI/NI	Institui o salário mínimo profissional dos enfermeiros, e da outras providencias. Explicação: 10 salários-mínimos para os de nível superior).	Proposição inativa. Publicação: Última ação: arquivado em 2/2/1983
1980	3487/1980	Mario Hato NI/NI	Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e sobre a prestação da assistência de enfermagem nas instituições de saúde, publicas e privadas, e da outras providencias.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 05 09 80 PAG 9766 COL 01. Última ação: 12/4/1982

Anexo I.2: Demandas de Regulação Profissional no Legislativo – 1970 / 2005 – Enfermagem

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
1980	3427/1980	Nilson Gibson PDS/PE	Dispõe sobre a regulamentação do exercício de enfermagem, e da outras providencias.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 22 08 80 PAG 8812 COL 02. Última ação: 25/6/1986, transformado na LEI 7498/86. DOFC 26 06 86 PAG 9273 COL 01.
1980	3292/1980	Celso Peçanha NI/NI	Dispõe sobre o exercício da profissão de enfermeiro.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 05 08 80 PAG 6880 COL 02. Última ação: 8/9/1982
1981	5471/1981	Henrique Brito NI/NI	Concede aposentadoria especial aos 25 anos de serviço aos enfermeiros e auxiliares de enfermagem.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 10 11 81 PAG 12731 COL 02. Última ação: arquivado em 2/2/1983
1982	6360/1983	Jose Camargo NI/NI	Institui o serviço de enfermagem nas empresas industriais e comerciais com mais de 500 empregados.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 29 06 82 PAG 5372 COL 01. Última ação: arquivado em 2/2/1983
1982	6212/1982	Siqueira Campos NI/NI	Altera a redação do artigo quinto da lei 3999, de 15 de dezembro de 1961, dispondo sobre o salário mínimo dos médicos e cirurgiões-dentistas. Explicação: fixando o salário-mínimo dos médicos em quantia igual a 10 vezes e dos auxiliares a 06 vezes o valor do salário-mínimo regional).	Proposição inativa. Publicação: DCN1 20 05 82 PAG 3535 COL 02. Última ação: arquivado em 2/2/1983
1982	6490/1982	Poder Executivo	Altera a estrutura da categoria funcional de enfermeiro, do grupo - outras atividades de nível superior, e da outras providencias.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 03 08 82 PAG 5826 COL 02. Última ação: 20/12/1982, transformado na LEI 7071/82. DOFC 21 12 82 PAG 23866 COL 02.
1982	6479/1982	Mario Hato NI/NI	Considera insalubre, para efeito de concessão de aposentadoria especial, a atividade dos profissionais médicos, paramédicos e empregados que trabalhem em hospitais, casas de saúde e estabelecimentos congêneres.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 04 08 82 PAG 5969 COL 01. Última ação: arquivado em 2/2/1983
1983	2394/1983	Léo Simões PDS/RJ	Dispõe sobre a inclusão dos instrumentistas no quadro de enfermagem.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 20 10 83 PAG 11184 COL 03. Última ação: arquivado em 17/9/1985
1983	1378/1983	Caneiro Arnaud PMDB/PB	Dispõe sobre a aposentadoria especial dos enfermeiros e auxiliares de enfermagem aos 25 (vinte e cinco) anos de serviço com vencimentos integrais.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 16 06 83 PAG 5269 COL 03. Última ação: arquivado em 5/4/1989
1983	1371/1983	Nelson Wedekin PMDB/SC	Dispõe sobre a concessão de vantagens de natureza trabalhista e previdenciária aos enfermeiros, auxiliar de enfermagem e atendentes de hospitais, e da outras providencias. Explicação: concedendo aposentadoria especial aos vinte e cinco anos de serviço e adicional de insalubridade).	Proposição inativa. Publicação: DCN1 16 06 83 PAG 5264 COL 03. Última ação: arquivado em 1/2/1987

Anexo I.2: Demandas de Regulação Profissional no Legislativo – 1970 / 2005 – Enfermagem

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
1983	264/1983	Siqueira Campos PDS/GO	Assegura vantagens a profissionais da área de saúde que se instalarem em localidades do interior do país.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 25 03 83 PAG 1012 COL 01. Última ação: arquivado em 5/4/1989
1983	25/1983	Salvador Julianelli PDS/SP	Faculta aos estabelecimentos hospitalares e congêneres a adoção de jornada especial de trabalho para seus empregados. Explicação: adotando a jornada de 12 horas de trabalho em dias alternados).	Proposição inativa. Publicação: DCN1 10 03 83 PAG 0303 COL 02. Última ação: arquivado em 9/4/1985
1984	4391/1984	Del Bosco Amaral PMDB/SP	Concede aposentadoria especial aos 25 anos de serviço aos técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e atendentes de enfermagem.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 03 10 84 PAG 11327 COL 03. Última ação: arquivado em 5/4/1989
1984	4184/1984	Leônidas Sampaio PMDB/RJ	Inclui os profissionais de enfermagem nos benefícios do decreto-lei 2114, 23 de abril de 1984, que 'institui a gratificação de incentivo a atividade médica na previdência social', e da outras providências.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 03 05 85 PAG 3763 COL 03. Última ação: arquivado em 2/5/1985
1984	3819/1984	Amadeu Geara PMDB/PR	Regula o trabalho em hospitais, clínicas, casas de saúde e estabelecimentos congêneres, e determina outras providências.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 30 06 84 PAG 6895 COL 02. Última ação: solicitação de retirada deste projeto, pelo autor, em 14/8/1985
1985	6337/1985	Homero Santos PFL/MG	Acrescenta dispositivos a lei 2604, de 17 de setembro de 1955, para disciplinar a duração do trabalho dos enfermeiros. Explicação: reduzindo a jornada de trabalho para 06 horas diárias).	Proposição inativa. Publicação: DCN1 19 09 85 PAG 10334 COL 01. Última ação: arquivado em 5/4/1989
1985	5888/1985	Nelson do Carmo PTB/SP	Considera como insalubre a atividade profissional dos auxiliares de enfermagem, instrumentadores cirúrgicos, pessoal auxiliar de hospitais, clínicas e consultórios e da outras providências.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 28 06 85 PAG 7111 COL 03. Última ação: arquivado em 1/2/1987
1985	5482/1985	João Batista Fagundes PDS/RR	Considera penosa e perigosa as profissões de enfermeiro e de auxiliar de enfermagem, nos territórios federais, assegurando-lhes o direito a aposentadoria especial.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 22 05 85 PAG 4762 COL 03. Última ação: arquivado em 1/2/1987
1985	6112/1985	Homero Santos PFL/MG	Acrescenta dispositivos a lei 2604, de 17 de setembro de 1955, para disciplinar a duração do trabalho de enfermeiros e demais servidores de hospitais. Explicação: fixando em seis horas diárias o trabalho do pessoal paramédico de hospitais).	Proposição inativa. Publicação: DCN1 30 08 85 PAG 8998 COL 02. Última ação: projeto retirado em 12/9/1985
1986	7853/1986	Jorge Arbage PDS/PA	Restabelece o artigo 10 da lei 2604, de 17 de setembro de 1955, que regula o exercício da enfermagem profissional, para o fim de estabelecer jornada máxima de trabalho para os seus exercentes. Explicação: fixando em 30 horas semanais).	Proposição inativa. Publicação: DCN1 21 06 86 PAG 6475 COL 01. Última ação: arquivada em 1/2/1987
1986	7176/1986	Renato Cordeiro PDS/SP	Dispõe sobre a exigência de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem em nosocômios.	Proposição inativa. Última ação: arquivada em 1/2/1987

Anexo I.2: Demandas de Regulação Profissional no Legislativo – 1970 / 2005 – Enfermagem

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
1987	72/1987	Jorge Leite PMDB/RJ	Altera a lei 7498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da enfermagem e das outras providências	Proposição inativa. Publicação: DCN1 28 04 87 PAG 1357 COL 01. Última ação: arquivada em 5/4/1989
1988	1332/1988	Francisco Dias PMDB/SP	Dispõe sobre o exercício da enfermagem e determina outras providências. Explicação: incluindo o atendente prático na categoria profissional que pode exercer privativamente a enfermagem	Proposição inativa. Publicação: DCN1 08 12 88 PAG 4753 COL 03. Última ação: arquivada em 2/2/1991
1988	1234/1988	Carlos cardinal PDT/RS	Dispõe sobre a remuneração mínima e a jornada de trabalho dos enfermeiros, obstetras, auxiliares de enfermagem e parteiras. Explicação: fixando o equivalente a seis vezes o piso nacional de salários para os enfermeiros e obstetras diplomados por escola superior e três vezes para os auxiliares de enfermagem e parteiras, portadores de diploma de habilitação específica, registrado no órgão competente e em trinta e seis horas a jornada de trabalho semanal	Proposição inativa. Publicação: DCN1 29 11 88 PAG 4265 COL 03. Última ação: arquivado em 19/2/1990
1988	1087/1988	Jofran Frejat PFL/DF	Dispõe sobre a aposentadoria dos profissionais de saúde.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 27 10 88 PAG 3723 COL 02. Última ação: arquivado em 2/2/1991
1988	1051/1988	Floriceno Paixão PDT/RS	Dispõe sobre a aposentadoria especial de médicos, paramédicos e empregados em estabelecimentos hospitalares.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 14 10 88 PAG 3561 COL 03. Última ação: arquivado em 2/2/1991
1988	958/1988	Francisco Amaral PMDB/SP	Dispõe sobre a jornada de trabalho dos empregados em estabelecimentos de serviços de saúde. Explicação: reduzindo para seis horas diárias	Proposição inativa. Publicação: DCN1 20 09 88 PAG 3219 COL 02. Última ação: arquivado em 5/4/1989
1988	950/1988	Francisco Amaral PMDB/SP	Considera insalubre a atividade dos que trabalham em estabelecimentos de saúde, assegurando-lhes aposentadoria especial.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 20 09 88 PAG 3210 COL 01. Última ação: arquivado em 5/4/1989
1988	450/1988	José Camargo PFL/SP	Institui o serviço de enfermagem nas empresas industriais e comerciais com mais de 500 empregados.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 15 03 88 PAG 0655 COL 03. Última ação: arquivado em 5/4/1989
1989	4510/1989	Francisco Amaral PMDB/SP	Considera insalubre a atividade dos que trabalham em estabelecimentos de saúde, assegurando-lhes aposentadoria especial.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 13 12 89 PAG 15388 COL 01. Última ação: arquivada em 2/2/1991
1989	4507/1989	Francisco Amaral PMDB/SP	Dispõe sobre a jornada de trabalho dos empregados em estabelecimentos de serviços de saúde. Explicação: fixando a jornada diária em 06 horas, podendo ser prorrogada em até 02 horas).	Proposição inativa. Publicação: DCN1 13 12 89 PAG 15387 COL 02. Última ação: arquivado em 28/6/1990

Anexo I.2: Demandas de Regulação Profissional no Legislativo – 1970 / 2005 – Enfermagem

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
1989	4499/1989	Benedita da Silva PT/RJ	Institui o piso salarial, dispõe sobre a jornada e condições de trabalho dos enfermeiros e determina outras providencias. - poder conclusivo das comissões - artigo 24, inciso ii.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 13 12 89 PAG 15381 COL 02. Última ação: arquivado (senado federal) em 13/12/1995
1989	4172/1989	José Camargo PFL/SP	Institui o serviço de enfermagem nas empresas industriais e comerciais com mais de 500 empregados.	
1989	3158/1989	Paulo Ramos PDT/RJ	Dispõe sobre os profissionais de saúde quanto a aplicação do parágrafo segundo do artigo 17 das disposições constitucionais transitórias da constituição federal. Explicação: definindo as categorias profissionais de saúde de nível superior, nível técnico e auxiliar e de nível elementar, visando a garantia do exercício cumulativo de dois cargos ou empregos privativos na área de saúde, que estejam sendo exercidos na administração pública direta ou indireta, conforme disposições transitórias da nova constituição federal	Proposição inativa. Publicação: DCN1 09 08 89 PAG 7340 COL 01. Última ação: vetado totalmente em 23/7/1990
1989	2929/1989	Uldorico Pinto PMDB/BA	Inclui os profissionais de enfermagem nos benefícios do decreto-lei 2114, de 23 de abril de 1984, que 'institui a gratificação de incentivos a atividade medica na previdência social', e da outras providencias.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 27 06 89 PAG 5460 COL 02. Última ação: arquivado em 26/1/1993
1989	2233/1989	Jorge Leite PMDB/RJ	Altera a lei 7498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da enfermagem e da outras providencias.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 17 05 89 PAG 3466 COL 01. Última ação: arquivado em 2/2/1991
1989	1518/1989	Geovani Borges PFL/AP	Acrescenta parágrafo único ao artigo 192 da consolidação das leis do trabalho. Explicação: considerando trabalho insalubre, de grau máximo, a atividade desenvolvida em hospitais e estabelecimentos similares, permanentemente sujeitos ao contágio de infecções, inclusive a AIDS	Proposição inativa. Publicação: DCN1 21 02 89 PAG 0172 COL 03. Última ação: despacho ao arquivo (rejeitado) em 9/3/1993
1989	1499/1989	Helio Rosas PMDB/SP	Introduz alterações na lei 2604, de 17 de setembro de 1955, que regula o exercício da enfermagem profissional.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 23 02 89 PAG 0262 COL 02. Última ação: arquivado em 2/2/1991
1990	5611/1990	Geraldo Bulhões PSC/AL	Introduz alteração no artigo 23, da lei 7498, de 25 de junho de 1986, que regula o exercício da enfermagem.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 08 08 90 PAG 8809 COL 02. Última ação: arquivado em 2/2/1991
1990	5128/1990	Jose Carlos Coutinho PDT/RJ	Dispõe sobre aposentadoria especial de profissionais vinculados a área de saúde. Explicação: assegurando aposentadoria aos 25 anos de serviço efetivo no mesma área, por motivo de insalubridade, aos medico, paramédico, odontólogo, enfermeiro e empregado de hospital e clinica	Proposição inativa. Publicação: DCN1 07 06 90 PAG 6551 COL 02. Última ação: arquivado em 2/2/1991

Anexo I.2: Demandas de Regulação Profissional no Legislativo – 1970 / 2005 – Enfermagem

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
1990	4806/1990	Rosario Congro Neto PMDB/MS	Concede incentivos a profissionais da área de saúde que se instalarem em localidades do interior com população de ate vinte mil habitantes e da outras providencias.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 20 04 90 PAG 3073 COL 01. Última ação: arquivado em 2/2/1991
1991	1745/1991	Tuga Angerami PSBD/SP	Estabelece jornada de trabalho para os trabalhadores em estabelecimentos de saúde.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 15 11 91 PAG 23259 COL 02. Última ação: arquivado em 16/6/1993
1991	776/1991	Raquel Candido PDT/RO	Institui o piso salarial, dispõe sobre a jornada e condições de trabalho dos enfermeiros e determina outras providencias.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 21 05 91 PAG 6831 COL 03. Última ação: arquivado em 28/8/1992
1991	470/1991	Jurandyr Paixão PMDB/SP	Considera penosa e insalubre a atividade profissional dos enfermeiros e auxiliares de enfermagem e da outras providencias. Explicação: concedendo-lhes aposentadoria especial	Proposição inativa. Publicação: DCN1 16 04 91 PAG 3843 COL 01. Última ação: arquivado em 9/10/1991
1991	407/1991	Jurandyr Paixão PMDB/SP	Acrescenta dispositivo à Lei nº 2.604, de 17 de setembro de 1955, que regula o exercício da enfermagem profissional. Explicação: reduzindo para 30 horas a jornada de trabalho do pessoal de enfermagem	Proposição ativa Publicação: DCN1 18 04 91 PAG 4057 COL 01. Última ação: vetada em 21/12/1995
1991	1834/1991	Sarney Filho PFL/MA	Considera insalubre a atividade profissional dos médicos e enfermeiros, e dá outras providências.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 14 11 91 PAG 23042 COL 01. Última ação: arquivado em 4/9/1995
1991	1411/1991	José Carlos Coutinho PDT/RJ	Dispõe sobre a aposentadoria especial de médicos, paramédicos e empregados em estabelecimentos hospitalares.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 09 08 91 PAG 13281 COL 01. Última ação: arquivado em 4/9/1995
1991	971/1991	Said Ferreira PDMD/PR	Regulamenta a atualização e aperfeiçoamento dos profissionais da área de saúde e determina outras providencias.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 24 05 91 PAG 7366 COL 01. Última ação: arquivado em 2/2/1995
1991	925/1991	Rita Camata PMDB/ES	Dispõe sobre a aposentadoria especial dos trabalhadores em hospitais e similares.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 25 05 91 PAG 7607 COL 01. Última ação: arquivado em 9/10/1991
1991	701/1991	José Carlos Coutinho PDT/RJ	Dispõe sobre aposentadoria especial de profissionais vinculados a área de saúde.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 18 05 91 PAG 6622 COL 02. Última ação: arquivado em 4/9/1995

Anexo I.2: Demandas de Regulação Profissional no Legislativo – 1970 / 2005 – Enfermagem

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
1992	3201/1991	Poder Executivo	Dispõe sobre a aposentadoria especial de que trata o artigo 57 da lei 8213, de 24 de julho de 1991. Explicação: sendo concedida ao segurado que tenha exercido atividade nociva exigindo comprovação de exposição ao agente nocivo seja ele agente químico, agente físico, agente biológico ou associação de agentes e classificando as atividades profissionais segundo os grupos profissionais, nas áreas urbana e rural	Proposição inativa. Publicação: DCN1 19 09 92 PAG 21534 COL 02. Última ação: aprovação da msc530001995, da presidência da republica, solicitando a retirada deste projeto, em 25/5/1995
1992	3137/1992	Inocência Oliveira PFL/PE	Dispõe sobre o regime de trabalho dos empregados em estabelecimentos privados de serviços de saúde. Explicação: fixando a jornada de trabalho do profissional de saúde em 24 (vinte e quatro) horas semanais, a base de calculo dos adicionais de insalubridade e periculosidade, e não aplicando a mulher o impedimento de exercer atividades insalubres	Proposição inativa. Publicação: DCN1 17 09 92 PAG 21194 COL 01. Última ação: proposição arquivada em 2/2/1995
1992	3473/1992	Marcelino Romano PDS/SP	Dispõe sobre jornada de trabalho e benefícios especiais para trabalhadores em estabelecimento de saúde com radiação e da outras providencias.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 18 02 93 PAG 3979 COL 01. Última ação: arquivado em 2/2/1995
1993	3795/1993	Carlos Lupi PDT/RJ	Dispõe sobre a criação dos conselhos federal e regionais de enfermagem e da outras providencias.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 25 06 93 PAG 13522 COL 02. Última ação: arquivada em 2/2/1995
1994	4462/1994	Jose Fortunati PT/RS	Altera a lei 5905, de 02 de julho de 1973, que dispõe sobre a criação dos conselhos federal e regionais de enfermagem e da outras providencias.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 06 04 94 PAG 4805 COL 02. Última ação: arquivado em 2/2/1995
1995	539/1995	Jose Fortunati PT/RS	Altera a Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, que "dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem e dá outras providências".	Proposição ativa. Publicação: DCN1 08 08 95 PAG 16575 COL 02. Última ação: arquivado em 31/1/2003
1995	202/1995	Agnelo Queiroz Pc do B/DF	Dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem e dá outras providências.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 21 04 95 PAG 7015 COL 01. Última ação: arquivado em 31/1/2003
1996	2386/1996	Nelson Gibson PSB/PE	Dispõe sobre a jornada de trabalho para o exercício da enfermagem. Explicação: limitando a jornada de trabalho a no máximo trinta horas semanais.	Proposição inativa. Publicação: DCD 08 11 96 PAG 29183 COL 02. Última ação: arquivado em 2/2/1999
1996	2322/1996	José Priante PMDB/PA	Cria a Residência em Enfermagem e dá outras providências.	Proposição ativa, tramitando em conjunto. Publicação: DCD 05 09 96 PÁG 24717 COL 01. Última ação: CCJC, 13/8/2003
1996	2264/1996	Paulo Rocha PT/PA	Institui a Residência em Enfermagem e dá outras providências.	Proposição ativa, pronta para a pauta. Publicação: DCD 21 08 96 PAG 23204 COL 01. Última ação: CCJC, 20/1/2004

Anexo I.2: Demandas de Regulação Profissional no Legislativo – 1970 / 2005 – Enfermagem

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
1996	1698/1996	Nedson Micheleti PT/PR	Dispõe sobre a jornada e condições de trabalho dos médicos, enfermeiros, auxiliares e farmacêuticos e dos demais trabalhadores que manuseiam drogas quimioterápicas antineoplásicas.	Proposição inativa. Publicação: DCD 18 04 96 PAG 10015 COL 01. Última ação: arquivado em 2/2/1999
1997	3674/1997	Eduardo Jorge PT/SP	Dispõe sobre a prévia avaliação do Conselho Nacional de Saúde para a criação de cursos de graduação na área de Saúde.	Proposição inativa. Publicação: DCD 09 10 97 PAG 31765 COL 01. Última ação: devolvido ao autor em 24/11/97
1998	4210/1998	Zaire Rezende PMDB/MG	Institui a Residência em Saúde para todas as profissões da área da saúde	Proposição ativa, tramitando em conjunto Publicação: DCD 10 03 98 PÁG 5614 COL 02. Última ação: CCJC em 13/8/2003
1998	4639/1998	Paulo Paim PT/RS	Dispõe sobre a concessão de adicional de periculosidade aos trabalhadores em instituições psiquiátricas e assemelhadas.	Proposição inativa. Publicação: DCD 16 09 98 PAG 22677 COL 02. Última ação: arquivado 31/1/2003
1999	2202/1999	José Carlos Coutinho PFL/RJ	Dispõe sobre os Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem e dá outras providências.	Proposição inativa. Publicação: 12/8/1999, não foi encontrada. Última ação: arquivado em 31/1/2003
1999	2169/1999	Fernando Coruja PDT/SC	Dispõe sobre a jornada de trabalho de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem.	Proposição ativa, tramitando em conjunto Publicação: 2/12/1999, não foi encontrada. Última ação: apensada ao PL 969/1999 em 2/12/1999
1999	1030/1999	Marcos de Jesus PTB/PE	Altera a lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, para dispor sobre o piso salarial dos enfermeiros, técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem.	Proposição inativa. Publicação: 15/9/1999, não foi encontrada. Última ação: projeto retirado em 13/12/1999
1999	969/1999	Marcos de Jesus PTB/PE	Altera a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, para dispor sobre a jornada de trabalho dos Enfermeiros, Técnicos de Enfermagem e Auxiliares de Enfermagem. Explicação: fixando a jornada máxima de trabalho em 30 (trinta) horas semanais.	Proposição ativa, tramitando em conjunto Publicação: DCD 10 06 99 PAG 26834 COL 02. Última ação: apensada ao PL 2295/00 em 4/2/2000
1999	684/1999	Freire Junior PMDB/TO	Obriga os hospitais, casas de saúde e estabelecimentos assemelhados a manter enfermeiros diplomados nas condições que especifica.	Proposição ativa Publicação: DCD 25 05 99 PAG 23403 COL 02. Última ação: arquivado em 31/1/2003
2000	2726/2000	Gustavo Fruet PMDB/PR	Dispõe sobre a adequação do pessoal de enfermagem nos hospitais privados.	Proposição ativa Publicação: sem referência Última ação: arquivado em 2/12/2004
2000	2303/2000	José Carlos Coutinho PFL/RJ	Dispõe sobre o piso salarial dos Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem e dá outras providências.	Proposição ativa. Publicação: sem referência Última ação: arquivada em 15/2/2001

Anexo I.2: Demandas de Regulação Profissional no Legislativo – 1970 / 2005 – Enfermagem

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
2000	2295/2000	Senado Federal Lúcio Alcântara PSDB/CE	Dispõe sobre a jornada de trabalho dos Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem. Explicação: Alterando a Lei nº 7.498. de 1986	Proposição ativa, pronta para a pauta. Publicação: 4/2/2000, sem referencia Última ação: CSSF, em 19/11/2002
2001	5542/2001	José Carlos Coutinho PFL/RJ	Dispõe sobre a aposentadoria especial de médicos, paramédicos e empregados em estabelecimentos hospitalares.	Proposição ativa. Publicação: DCD de 2/10/2001. Última ação: arquivado em 31/1/2003
2002	7448/2002	José Carlos Coutinho PFL/RJ	Estabelece normas para registro de diploma e inscrição nos Conselhos Profissionais dos graduados em Medicina, Enfermagem, Farmácia, Bioquímica, Odontologia e Fisioterapia .	Proposição ativa. Publicação: sem referência Última ação: arquivado em 31/1/2003
2002	6705/2002	José Carlos Coutinho PFL/RJ	Define o ato de enfermagem e dá outras providências.	Proposição ativa. Publicação: DCD 07/06/02 PÁG 28828 COL 01. Última ação: arquivado em 31/1/2003
2002	6332/2002	José Carlos Coutinho PFL/RJ	Estabelece a exigência de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem em nosocômios, e dá outras providências.	Proposição ativa. Publicação: DCD de 5/4/2002. Última ação: arquivado em 31/1/2003
2002	6331/2002	José Carlos Coutinho PFL/RJ	Fixa a remuneração mínima e a jornada de trabalho dos enfermeiros, obstetrites e auxiliares de enfermagem. Explicação: Equivalente a 7 (sete) vezes o Piso Nacional de Salário para enfermeiros e obstetrites e 4 (quatro) vezes o mesmo piso para os auxiliares de enfermagem.	Proposição ativa. Publicação: DCD de 9/4/2002. Última ação: arquivado em 31/1/2003
2002	6193/2002	José Carlos Coutinho PFL/RJ	Dispõe sobre o piso salarial dos enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem e dá outras providências. Explicação: Fixando o piso salarial dos enfermeiros em R\$ 1.477,00, dos técnicos de enfermagem em R\$ 1.107,00 e dos auxiliares em R\$ 960,00, estabelecendo que a jornada de trabalho não excederá 12 horas com folgas de 36 horas consecutivas.	Proposição ativa. Publicação: DCD 05.04.02 PÁG 13430 COL 01. Última ação: arquivado em 31/1/2003

ANEXO I.3 - DEMANDAS DE REGULAÇÃO PROFISSIONAL NO LEGISLATIVO – 1970 - 2005

ODONTOLOGIA

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
1970	2231/1970	Sinval Boaventura ARENA/MG	Inclui novas categorias profissionais na alínea 'b' do artigo segundo da lei 3999, de 15 de dezembro de 1961 que altera o salário- mínimo dos médicos e cirurgiões dentistas	Proposição inativa. Publicação: DCN1 30 10 70 PAG 5229 COL 03. Última ação: arquivado em 1/4/1971
1971	540/1971	Sinval Boaventura NI/NI	Dispõe sobre o exercício da odontologia por dentista pratico licenciado e pelos profissionais diplomados por escolas livres	Proposição inativa. Publicação: DCN1 01 12 71 PAG 7523 COL 02. Última ação: arquivado em 8/3/1975
1971	511/1971	Jairo Magalhães NI/NI	Acrescenta artigos a lei 5081, de 24 de agosto de 1966, que regula o exercício da odontologia.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 01 12 71 PAG 7512 COL 01. Última ação: arquivado em 8/3/1975
1971	509/1971	JC de Araujo Jorge NI/NI	Regulamenta o exercício da atividade profissional dos dentistas práticos ou dos formados por escolas livres, e da outras providencias.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 01 12 71 PAG 7511 COL 03. Última ação: arquivado em 8/3/1975
1971	484/1971	Walter Silva MDB/RJ	Regula a profissão de dentista pratico e da outras providencias.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 01 12 71 PAG 7502 COL 02. Última ação: arquivado em 8/3/1975
1971	32/1971	Adhemar de Barros Filho ARENA/SP	Modifica dispositivos da lei 3999, de 15 de dezembro de 1961, que altera o salário-mínimo dos médicos e cirurgiões-dentistas.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 29 04 71 PAG 504 COL 01. Última ação:
1972	1095/1972	Navarro Vieira NI/NI	Altera a redação do item 03 do art. Sexto da lei 5081, de 24/08/66, que regula o exercício da odontologia. (autoriza o cirurgião- dentista a firmar atestado, no setor de sua atividade profissional, para justificar falta ao emprego).	Proposição inativa. Publicação: DCN1 05/12/72 PAG 5821 COL 04. Última ação: transformado na LEI 6215, 30/06/75
1973	1569/1973	Poder Executivo	Acrescenta parágrafos ao artigo 13 da lei 4324, de 14 04 64, que "institui o conselho federal e os conselhos regionais de odontologia, e da outras providencias".	Proposição inativa. Publicação: não foi encontrada referência. Última ação: transformado na LEI 5965/73. DOFC 12 12 73 PAG 12717 COL 01.
1973	1638/1973	Cid Furtado NI/NI	Dispõe sobre a inscrição de dentistas, farmacêuticos e veterinários militares nos conselhos regionais das respectivas profissões, e determina outras providencias	Proposição inativa. Publicação: DCN1 10 11 73 PAG 8572 COL 03. Última ação: arquivado em 8/3/1975
1974	2296/1975	Nogueira de Rezende NI/NI	Regula o exercício da profissão de dentista pratico e da outras providencias.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 05 10 74 PAG 7939 COL 02. Última ação: arquivado em 8/3/1975

Anexo I.3: Demandas de Regulação Profissional no Legislativo – 1970 / 2005 – Odontologia

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
1974	1976/1974	Alcir Pimenta NI/NI	Dá a denominação de médico-estomatologista ao cirurgião-dentista e dispõe sobre outras providencias.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 25 05 74 PAG 3405 COL 02. Última ação: arquivado em 8/3/1975
1974	1861/1974	Amaral Furlan	Transforma a odontologia em medicina odontológica.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 06 04 74 PAG 1387 COL 03. Última ação: arquivado em 8/3/1975
1975	1459/1975	Walber Guimarães NI/NI	Dispõe sobre a habilitação de dentistas práticos para o exercício da odontologia, nas condições que especifica e da outras providencias.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 11 11 75, PAG 10263, COL 01. Última ação: despacho ao arquivo (rejeitado) em 15/09/1978
1975	1410/1975	João Alves NI/NI	Estende aos cirurgiões-dentistas militares e aos farmacêuticos militares os benefícios da lei 5526, de 05 de novembro de 1968. Explicação: igualdade de direitos com os médicos militares	Proposição inativa. Publicação: DCN1 04 12 75 PAG 9789 COL 01. Última ação: rejeitado no Senado Federal em 3/6/1980
1975	1007/1975	Milton Steinbruch NI/NI	Estabelece preço máximo para serviços de medicina e odontologia, e determina outras providencias. Explicação: ate duzentos por cento acima da tabela oficial do INPS	Proposição inativa. Publicação: DCN1 02 09 75, PAG 6663, COL 02. Última ação: despacho ao arquivo (rejeitado) em 25/08/1976
1975	444/1975	Francisco Libardoni NI/NI	Acrescenta dispositivo ao artigo 13 da lei 4324, de 14 de abril de 1964, que institui o conselho federal e os conselhos regionais de odontologia e da outras providencias. Explicação: para desobrigar do pagamento de taxas e anuidades as empresas que mantenham gabinetes odontológicos destinados exclusivamente aos seus empregados	Proposição inativa. Publicação: DCN1 20 05 75, PAG 2927, COL 01. Última ação: plenário (prejudicado pela aprovação do PL. 36/75) em 9/11/1979
1975	36/1975	Adhemar Ghisi NI/NI	Acrescenta parágrafo ao artigo 13 da lei 4324, de 14 de abril de 1964, que institui o conselho federal e os conselhos regionais de odontologia. Explicação: para isentar as empresas ou entidades sindicais, que mantém serviços de assistência odontológica a seus empregados, do registro e demais encargos cobrados pelos conselhos de odontologia).	Proposição inativa. Publicação: DCN1 18 03 75 PAG 496 COL 03. Última ação: TRANSFORMADO NA LEI 6955, DE 18 11 81.
1976	3117/1976	Eduardo Galil NI/NI	Estabelece a habilitação para o exercício da odontologia aos dentistas práticos e aos formados por escolas-livres, na forma que especifica.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 11 11 76 PAG 11166 COL 02. Última ação: plenário (prejudicado pela rejeição do PL. 1459/75) em 15/9/1978
1976	2918/1976	Jorge Arbage NI/NI	Considera insalubre e perigosa a atividade dos médicos, dentistas e enfermeiros, nas condições que especifica, para efeito de aposentadoria especial	Proposição inativa. Publicação: DCN1 29 09 76 PAG 9617 COL 01. Última ação: arquivado em 2/3/1979

Anexo I.3: Demandas de Regulação Profissional no Legislativo – 1970 / 2005 – Odontologia

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
1976	1972/1976	Aloisio Santos NI/NI	Regula o exercício da odontologia por dentistas práticos, e da outras providencias.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 09 04 76 PAG 2219 COL 01. Última ação: plenário (prejudicado pela rejeição do PL. 1459/75) em 15/9/1978
1977	3882/1977	César Nascimento MDB/SC	Acrescenta dispositivos a lei 5081, de 24 de agosto de 1966, que regula o exercício da odontologia. Explicação: dispondo sobre o dentista provisionado	Proposição inativa. Publicação: DCN1 04 08 77 PAG 5978 COL 01. Última ação: arquivado em 2/3/1979
1977	3347/1977	Pacheco Chaves NI/NI	Fixa a remuneração máxima para a prestação de serviços profissionais de medicina e odontologia, e da outras providencias. Explicação: que não poderá ser superior a cem por cento do valor correspondente fixado pelo INPS	Proposição inativa. Publicação: DCN1 25 03 77 PAG 1364 COL 01. Última ação: projeto retirado em 2/6/1977
1977	4348/1977	Inocencio Oliveira NI/NI	Modifica a redação do artigo quinto da lei 3999, de 15 de dezembro de 1961, que altera o salário-mínimo dos médicos e cirurgiões-dentistas. Explicação: 10 vezes o salário-mínimo regional	Proposição inativa. Publicação: DCN1 02 11 77 PAG 10700 COL 01. Última ação: arquivado em 20/11/1978
1977	3949/1977	Altair Chagas NI/NI	Permite o aproveitamento de dentistas práticos nos sistemas públicos de saúde.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 25 08 77 PAG 7100 COL 02. Última ação: arquivado em 2/3/1979
1978	5281/1978	Carlos Santos NI/NI	Estende aos odontólogos os benefícios da lei 3999, de 15 de dezembro de 1961. Explicação: equiparando os direitos aos dos médicos e cirurgiões-dentistas	Proposição inativa. Publicação: DCN1 02 08 78 PAG 6017 COL 02. Última ação: arquivado em 2/3/1979
1978	5215/1978	Raul Bernardo NI/NI	Dispõe sobre o exercício clinico dos cursos de odontologia e da outras providencias.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 24 06 78 PAG 5469 COL 01. Última ação: arquivado em 2/3/1979
1978	5173/1978	Francisco Rocha NI/NI	Institui o sistema de tabela de preços para o tratamento odontológico.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 13 06 78 PAG 4809 COL 01. Última ação: arquivado em 2/3/1979
1978	5086/1978	Leônidas Sampaio NI/NI	Concede dedução, no imposto sobre a renda, aos profissionais liberais universitários que atendam gratuitamente a indigentes e necessitados.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 24 05 78 PAG 4054 COL 02. Última ação: arquivado em 2/3/1979
1978	5067/1978	Jorge Arbage NI/NI	Altera dispositivo da lei 3999, de 15 de dezembro de 1961, que estabeleceu o salário-mínimo dos médicos e cirurgiões-dentistas. Explicação: elevando-o para 10 e 07 vezes o salário-mínimo local, respectivamente.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 19 05 78 PAG 3808 COL 01. Última ação: arquivado em 2/3/1979
1978	4997/1978	Fernando Coelho NI/NI	Altera a redação da lei 3999, de 15 de dezembro de 1961, elevando o salário mínimo dos médicos, cirurgiões-dentistas e auxiliares.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 09 05 78 PAG 3093 COL 02. Última ação: arquivado em 20/11/1978

Anexo I.3: Demandas de Regulação Profissional no Legislativo – 1970 / 2005 – Odontologia

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
1979	1688/1979	Adhemar de Barros Filho NI/NI	Regula o exercício da odontologia por dentistas práticos.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 29 08 79 PAG 8571 COL 02. Última ação: arquivado em 2/2/1983
1979	1115/1979	Walter Silva NI/NI	Dispõe sobre o exercício da profissão de dentista pratico ou formado por escolas livres.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 09 06 79 PAG 5566 COL 01. Última ação: arquivado em 2/2/1983
1979	1827/1979	Celso Peçanha NI/NI	Regula o exercício da profissão de dentista pratico, nas condições que estabelece.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 19 09 79 PAG 9691 COL 02. Última ação: arquivado em 2/2/1983
1979	1702/1979	Celso Peçanha NI/NI	Altera a redação do artigo quinto da lei 3999, de 15 de dezembro de 1961, para elevar o salário mínimo dos médicos, cirurgiões-dentistas e auxiliares.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 30 08 79 PAG 8683 COL 01. Última ação: despacho ao arquivo (rejeitado) em 13/4/1982
1979	902/1979	Fernando Coelho NI/NI	Altera a redação da lei 3999, de 15 de dezembro de 1961, elevando o salário mínimo dos médicos, cirurgiões-dentistas e auxiliares.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 24 05 79 PAG 4427 COL 02. Última ação: despacho ao arquivo (rejeitado) em 16/4/1982
1980	2726/1980	Salvador Julianelli NI/NI	Regulamenta as profissões, ocupações e atividades exercidas no setor saúde, e da outras providencias.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 17 04 80 PAG 2100 COL 01. Última ação: retirado em 11/19/1980
1980	2658/1980	Jorge Arbage NI/NI	Altera a redação do artigo quinto da lei 3999, de 15 de dezembro de 1961, para elevar o salário mínimo dos médicos, cirurgiões-dentistas e auxiliares.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 26 03 80 PAG 1264 COL 02. Última ação: prejudicado pela rejeição do pl 902/79 em 16/4/1982
1981	5683/1981	Louremberg Nunes Rocha NI/NI	Regulamenta o exercício da odontologia pelos dentistas-práticos, pioneiros na região amazônica, e determina outras providencias.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 05 12 81 PAG 14564 COL 02. Última ação: arquivado em 2/2/1983
1981	5271/1981	Carlos Santos NI/NI	Dispõe sobre a denominação dos profissionais que exercem a odontologia e da outras providencias. Explicação: passa a denominar-se cirurgião-dentista	Proposição inativa. Publicação: DCN1 29 09 81 PAG 10526 COL 02. Última ação: arquivado em 2/2/1983
1981	5238/1981	Leônidas Sampaio NI/NI	Inclui um representante do conselho federal de odontologia no CONASP, e da outras providências.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 25 09 81 PAG 10286 COL 01. Última ação: arquivado em 2/2/1983

Anexo I.3: Demandas de Regulação Profissional no Legislativo – 1970 / 2005 – Odontologia

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
1981	5163/1981	Leônidas Sampaio NI/NI	Dispõe sobre as atividades do medico e do cirurgião-dentista residentes, e da outras providencias. Explicação: a residência medica e odontológica constitui modalidade de ensino de pós-graduação para médicos e cirurgiões-dentista).	Proposição inativa. Publicação: DCN1 10 09 81 PAG 9311 COL 01. Última ação: arquivado em 2/2/1983
1981	4282/1981	Carlos Santos NI/NI	Estende aos odontólogos os benefícios da lei 3999, de 15 de dezembro de 1961, e da outras providencias. Explicação: altera o salário-mínimo dos médicos e cirurgiões dentistas	Proposição inativa. Publicação: DCN1 21 03 81 PAG 0900 COL 01. Última ação: arquivado em 6/5/1982
1982	6704/1982	Altair Chagas NI/NI	Modifica artigo do decreto-lei 1445, de 13 de dezembro de 1976, que 'reajusta os vencimentos e salários dos servidores civis do poder executivo, dos membros da magistratura e do tribunal de contas da união, e da outras providencias'. Explicação: unificando o regime de trabalho de medico, odontólogo, técnico em laboratório, técnico em comunicação social, em 20 horas semanais, ficando classificados nas referencias entre ns 11 ao ns 25.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 08 10 82 PAG 8199 COL 02. Última ação: arquivado em 2/2/1983
1982	6508/1982	Siqueira Campos NI/NI	Assegura vantagens a profissionais da área de saúde que se instalarem em localidades do interior do país.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 11 08 82 PAG 6304 COL 01. Última ação: arquivado em 2/2/1983
1982	6479/1982	Mario Hato NI/NI	Considera insalubre, para efeito de concessão de aposentadoria especial, a atividade dos profissionais médicos, paramédicos e empregados que trabalhem em hospitais, casas de saúde e estabelecimentos congêneres.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 04 08 82 PAG 5969 COL 01. Última ação: arquivado em 2/2/1983
1982	6463/1982	Adhemar Ghisi NI/NI	Estende aos odontólogos e farmacêuticos do INAMPS a gratificação de interiorização prevista no decreto-lei 1873, de 27 de maio de 1981.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 01 07 82 PAG 5675 COL 01. Última ação: arquivado em 2/2/1983
1982	6212/1982	Siqueira Campos NI/NI	Altera a redação do artigo quinto da lei 3999, de 15 de dezembro de 1961, dispondo sobre o salário mínimo dos médicos e cirurgiões-dentistas. Explicação: fixando o salário-mínimo dos médicos em quantia igual a 10 vezes e dos auxiliares a 06 vezes o valor do salário-mínimo regional	Proposição inativa. Publicação: DCN1 20 05 82 PAG 3535 COL 02. Última ação: arquivado em 2/2/1983
1983	2678/1983	Milton Reis PDMB/MG	Da nova redação aos artigos 39 e 41 da lei 5292, de 08 de junho de 1967, que dispõe sobre a prestação de serviço militar pelos estudantes de medicina, farmácia, odontologia e veterinária, e pelos médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários.	Proposição inativa. Publicação: DCN 25 11 83 PAG 13287 COL 03. Última ação: PREJUDICADO PELA APROVAÇÃO DO PL. 2412/83 em 21/11/1984

Anexo I.3: Demandas de Regulação Profissional no Legislativo – 1970 / 2005 – Odontologia

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
1983	1801/1983	Antonio Pontes PDS/AP	Dispõe sobre a emissão de receituário médico-odontológico, e das outras providências. Explicação: devendo ser preenchida pelo profissional da medicina ou odontologia de forma legível e em formulário padronizado.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 17 08 83 PAG 7348 COL 01. Última ação: arquivado em 5/4/1989
1983	1417/1983	Navarro Vieira Filho PDS/MG	Altera dispositivos da lei 6681, de 16 de agosto de 1979, dispondo sobre a inscrição de médicos, cirurgiões - dentistas e farmacêuticos militares nos conselhos regionais de medicina, odontologia e farmácia.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 17 06 83 PAG 5383 COL 03. Última ação: arquivado em 5/4/1989
1983	573/1983	Leônidas Sampaio PMDB/RJ	Inclui um representante do conselho federal de odontologia no CONASP, e das outras providências.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 27 04 83 PAG 2294 COL 02. Última ação: arquivado em 5/4/1989
1983	758/1983	Inocêncio Oliveira PDS/PE	Modifica a redação do artigo quinto da lei 3999, de 15 de dezembro de 1961, altera o salário-mínimo dos médicos e cirurgiões-dentistas. Explicação: fixando o salário mínimo em quantia igual a 08 vezes o salário mínimo regional e em 04 vezes o salário regional para os auxiliares	Proposição inativa. Publicação: DCN1 06 05 83 PAG 2830 COL 02. Última ação: arquivado em 1/2/1987
1983	683/1983	Celso Peçanha PTB/RJ	Altera a redação do artigo quinto da lei 3999, de 15 de dezembro de 1961, para elevar o salário mínimo dos médicos, cirurgiões-dentistas e auxiliares.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 30 04 83 PAG 2555 COL 02. Última ação: arquivado em 1/2/1987
1983	433/1983	Borges da Silveira NI/NI	Inclui os odontólogos e os farmacêuticos dentre os beneficiados com a gratificação de interiorização.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 14 04 83 PAG 1655 COL 02. Última ação: arquivado em 14/10/1983
1983	379/1983	Joacil Pereira PDS/PB	: Introduz modificações no decreto-lei 1445, de 13 de fevereiro de 1976, para o fim de determinar que a jornada de trabalho ali prevista para os médicos se estenda também aos odontólogos. Explicação: jornada de 04 horas diárias	Proposição inativa. Publicação: DCN1 13 04 83 PAG 1558 COL 03. Última ação: arquivado em 1/2/1987
1983	264/1983	Siqueira Campos PDS/GO	Assegura vantagens aos profissionais da área de saúde que se instalarem em localidades do interior do país.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 25 03 83 PAG 1012 COL 01. Última ação: arquivado em 5/4/1989
1983	50/1983	Adhemar Ghisi PDS/SC	Estende aos odontólogos e farmacêuticos do INAMPS a gratificação de interiorização prevista no decreto lei 1873, de 27 de maio de 1981.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 10 03 83 PAG 0314 COL 02. Última ação: arquivado em 24/8/1983
1984	4670/1984	Elquisson Soares PDMB/BA	Dispõe sobre a habilitação e o provisionamento de dentistas-práticos, regulamenta o exercício dessa profissão e das outras providências.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 20 11 84 PAG 14413 COL 02. Última ação: arquivado em 1/2/1987

Anexo I.3: Demandas de Regulação Profissional no Legislativo – 1970 / 2005 – Odontologia

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
1984	3083/1984	Renato Cordeiro PDS/SP	Institui residência odontológica, cria a comissão nacional de residência odontológica, e determina outras providencias.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 29 03 84 PAG 1071 COL 02. Última ação: arquivado em 17/12/1990
1984	4837/1984	Horacio Ortiz PDMB/SP	Assegura aos profissionais liberais o direito de se constituírem em microempresas.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 30 11 84 PAG 15414 COL 02. Última ação: arquivado em 1/2/1987
1984	4807/1984	Pacheco Chaves PDMB/SP	Estende aos dentistas, servidores públicos, os benefícios da gratificação de interiorização do decreto-lei 1873, de 27 de maio de 1981.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 05 12 84 PAG 15944 COL 03. Última ação: arquivado em 1/2/1987
1984	3576/1984	Leônidas Sampaio PMDB/RJ	Inclui os odontólogos nos benefícios do decreto-lei 2114, de 23 de abril de 1984, que 'institui a gratificação de incentivo a atividade medica na previdência social', e da outras providencias.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 23 05 84 PAG 4113 COL 01. Última ação: arquivado em 2/5/1985
1985	6688/1985	Pacheco Chaves PDMB/SP	Estende aos odontólogos do serviço publico federal o direito a gratificação de interiorização, a que se refere o decreto-lei 1873, de 27 de maio de 1981. Explicação: equiparando-os aos médicos	Proposição inativa. Publicação: DCN1 08 11 85 PAG 13413 COL 02. Última ação: arquivado em 1/2/1987
1985	5875/1985	Diogo Nomura PFL/SP	Institui estagio obrigatório para os graduados em medicina e odontologia em faculdades publicas, e da outras providencias.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 02 08 85 PAG 7418 COL 02. Última ação: retirado pelo autor em 1/8/1985
1985	5094/1985	Wilson Vaz PMDB/MG	Dispõe sobre o exercicio da profissão de dentista pratico e determina outras providencias.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 22 03 85 PAG 1562 COL 01. Última ação: arquivado em 1/2/1987
1985	7126/1985	Diogo Nomura PFL/SP	Estabelece salário profissional de médicos e cirurgiões-dentistas. Explicação: fixando o salário profissional em dez salários mínimos, para uma jornada de vinte horas semanais de trabalho	Proposição inativa. Publicação: DCN1 04 12 85 PAG 15352 COL 01. Última ação: arquivado em 1/2/1987
1985	5139/1985	Siqueira Campos PDS/GO	Estabelece reserva de mercado, em favor dos sindicatos e associações de médicos e odontólogos, quanto ao seguro-saúde, e determina outras providencias.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 28 03 85 PAG 1966 COL 03. Última ação: arquivado em 1/2/1987
1986	7993/1986	Leônidas Sampaio PMDB/RJ	Dispõe sobre a realização anual, pelo INAMPS, de concurso de residência em odontologia, e determina outras providencias.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 24 06 86 PAG 6571 COL 01. Última ação: arquivado em 1/2/1987
1986	7972/1986	Raul Bernardo PDS/MG	Dispõe sobre o exercicio clinico dos cursos de odontologia e da outras providencias.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 21 06 86 PAG 6510 COL 03. Última ação: arquivado em 1/2/1987

Anexo I.3: Demandas de Regulação Profissional no Legislativo – 1970 / 2005 – Odontologia

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
1986	7803/1986	Diogo Nomura PFL/SP	Institui estagio obrigatório para os graduados em odontologia em faculdades publicas e da outras providencias	Proposição inativa. Publicação: DCN1 12 06 86 PAG 5659 COL 02. Última ação: arquivado em 1/2/1987
1986	8072/1986	João Paganella PDS/SC	Dispõe sobre o piso salarial e a jornada de trabalho dos odontólogos	Proposição inativa. Publicação: DCN1 13 08 86 PAG 7458 COL 02. Última ação: arquivado em 1/2/1987
1987			Nenhuma proposição encontrada.	
1988			Nenhuma proposição encontrada.	Proposição inativa. Publicação: Última ação:
1989	2928/1989	Uldorico Pinto PMDB/BA	Inclui os odontólogos nos benefícios do decreto-lei 2114, de 23 de abril de 1984, que institui a gratificação de incentivo a atividade medica na previdência social, e da outras providencias.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 29 06 89 PAG 5762 COL 03. Última ação: arquivado em 19/11/1990
1989	1903/1989	Ruy Nedel PMDB/RS	Acrescenta parágrafo ao artigo 45 da lei 3807, de 26 de agosto de 1960, para atribuir aos profissionais liberais conveniados com a previdência social direito a ferias remuneradas e a um abono anual.	E do. Proposição inativa. Publicação: DCN1 05 04 89 PAG 1751 COL 02. Última ação: arquivado em 19/2/1990
1989	4296/1989	Fausto Fernandes PMDB/PA	Estabelece condições para a obtenção do diploma profissional de medicina, odontologia, enfermagem e farmácia, e da outras providencias. Explicação: dispondo sobre a exigência do universitário e exercer a atividade profissional no interior do estado onde terminou o curso, pelo prazo de um ano).	Proposição inativa. Publicação: DCN1 08 12 89 PAG 14974 COL 03. Última ação: arquivado em 2/2/1991
1989	3158/1989	Paulo Ramos PDT/RJ	Dispõe sobre os profissionais de saúde quanto a aplicação do parágrafo segundo do artigo 17 das disposições constitucionais transitórias da constituição federal. Explicação da ementa: definindo as categorias profissionais de saúde de nível superior, nível técnico e auxiliar e de nível elementar, visando a garantia do exercício cumulativo de dois cargos ou empregos privativos na área de saúde, que estejam sendo exercidos na administração publica direta ou indireta, conforme disposições transitórias da nova constituição federal	Proposição inativa. Publicação: DCN1 09 08 89 PAG 7340 COL 01. Última ação: projeto vetado totalmente Em 23/7/1990
1989	2931/1989	Uldorico Pinto PMDB/BA	Inclui um representante do conselho federal de odontologia no conasp e da outras providencias.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 27 06 89 PAG 5461 COL 01. Última ação: arquivado em 6/11/1989
1990	5856/1990	Arnaldo Faria de Sá PRN/SP	Institui o serviço odontológico nas empresas.	Proposição inativa. Publicação: não foi encontrada referência. Última ação: arquivado em 2/2/1991

Anexo I.3: Demandas de Regulação Profissional no Legislativo – 1970 / 2005 – Odontologia

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
1990	5489/1990	Adylson Motta PDS/RS	Obriga as empresas a instalação e o efetivo funcionamento de serviços odontológicos aos seus empregados nas condições que especifica.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 02 08 90 PAG 8582 COL 03. Última ação: arquivado em 2/2/1999
1990	5338/1990	Lucio Alcantara PDT/CE	Dispõe sobre a jornada de trabalho dos cirurgiões-dentistas e determina outras providencias.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 28 06 90 PAG 8022 COL 03. Última ação: arquivado em 2/2/1991
1990	5128/1990	Jose Carlos Coutinho PDT/RJ	Dispõe sobre aposentadoria especial de profissionais vinculados a área de saúde. Explicação: assegurando aposentadoria aos 25 anos de serviço efetivo no mesma área, por motivo de insalubridade, aos medico, paramédico, odontólogo, enfermeiro e empregado de hospital e clinica	Proposição inativa. Publicação: DCN1 07 06 90 PAG 6551 COL 02. Última ação: arquivado em 2/2/1991
1990	4806/1990	Rosario Congro Neto PMDB/MS	Concede incentivos a profissionais da área de saúde que se instalarem em localidades do interior com população de ate vinte mil habitantes e da outras providencias.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 20 04 90 PAG 3073 COL 01. Última ação: arquivado em 2/2/1991
1991	1588/1991	Dirceu Carneiro PSBD/SC	Institui estagio pratico, no ultimo ano do curso de odontologia, como forma de prestação de serviços em unidades sanitárias situadas em áreas urbanas carentes ou cidades do interior.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 18 09 91 PAG 17126 COL 01. Última ação: arquivado em 27/6/1995
1991	1323/1991	Álvaro Valle PL/RJ	Institui a Residência Odontológica, cria a Comissão Nacional de Residência Odontológica e determina outras providências	Proposição ativa. Publicação: DCN1 07 08 91 PAG 12758 COL 02. Última ação: leitura e publicação da emenda no senado em 23/5/2000
1991	1627/1991	Diogo Nomura PL/SP	Determina aos hospitais terciários de grande porte a obrigatoriedade de contar com cirurgiões-dentistas em seu corpo clinico.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 23 10 91 PAG 20523 COL 02. Última ação: proposição retirada pelo autor em 19/12/1994
1991	1560/1991	Adylson Motta PDS/RJ	Determina a obrigatoriedade dos hospitais de grande porte contarem com cirurgiões-dentistas em seus corpos clínicos.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 21 09 91 PAG 17761 COL 01. Última ação: arquivado em 2/2/1995
1991	1411/1991	José Calos Coutinho PDT/RJ	Dispõe sobre a aposentadoria especial de médicos, paramédicos e empregados em estabelecimentos hospitalares.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 09 08 91 PAG 13281 COL 01. Última ação: arquivado em 4/9/1995
1991	1270/1991	Virmondés Crúvineł PMDB/GO	Dispõe sobre o salário mínimo de médicos e cirurgiões dentistas.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 03 08 91 PAG 12498 COL 02. Última ação: vetado totalmente em 12/1/1994
1991	701/1991	José Carlos Coutinho PDT/RJ	Dispõe sobre aposentadoria especial de profissionais vinculados a área de saúde.	Proposição inativa. Publicação: arquivado em 4/9/1995 Última ação: DCN1 18 05 91 PAG 6622 COL 02.

Anexo I.3: Demandas de Regulação Profissional no Legislativo – 1970 / 2005 – Odontologia

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
1991	532/1991	José Carlos Coutinho PDT/RJ	Dispõe sobre comprovação do tempo de serviço para efeito de aposentadoria. Explicação: permitindo a profissionais liberais cumprirem a exigência de comprovação do tempo de serviço para fins de aposentadoria, utilizando a inscrição no órgão fiscalizador que fixa o início da vida profissional	Proposição inativa. Publicação: DCN1 03 05 91 PAG 5174 COL 01. Última ação: arquivado em 2/2/1995
1991	249/1991	Inocêncio Oliveira PFL/PE	Modifica a redação do artigo quinto da lei 3999, de 15 de dezembro de 1961, que 'altera o salário-mínimo dos médicos e cirurgiões-dentistas'. Explicação: fixando o salário profissional em 06 salários mínimos	Proposição inativa. Publicação: DCN1 28 03 91 PAG 2687 COL 01. Última ação: arquivado em 19/1/1993
1992	3070/1992	Arnaldo Faria de Sá PFL/SP	Institui o serviço odontológico nas empresas.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 04 08 92 PAG 17663 COL 01. Última ação: arquivado em 2/2/1995
1993	4289/1993	Adylson Motta PPR/RS	Dispõe sobre o conselho federal e os conselhos regionais de odontologia e da outras providencias.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 14 12 93 PAG 26734 COL 02. Última ação: retirado pelo autor em 16/12/1993
1994	4877/1994	Diogo Nomura PL/SP	Determina aos hospitais primários, secundários e ambulatorios médicos públicos e privados a obrigatoriedade de contar com cirurgiões-dentistas em seu corpo clínico.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 25 01 95 PAG 1257 COL 02. Última ação: arquivado em 2/2/1995
1994	4556/1994	Virmondés Cruvinel PMDB/GO	Dispõe sobre o piso salarial de médicos e cirurgiões-dentistas	Proposição ativa. Publicação: DCN1 09 06 94 PAG 9102 COL 01. Última ação: encaminhado à mesa em 30/5/2005
1994	4555/1994	Nelson Gibson PMN/PE	Altera dispositivos da lei 3999, de 15 de dezembro de 1961, que 'altera o salário mínimo dos médicos e cirurgiões-dentistas'.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 09 06 94 PAG 9100 COL 02. Última ação: vetado totalmente em 16/7/1996
1995	258/1995	Alvaro Valle PL/RJ	Institui a residência odontológica, cria a comissão nacional de residência odontológica e determina outras providencias.	Proposição inativa. Publicação: DCN1 27 05 95 PAG 11409 COL 02. Última ação: devolvido ao autor em 8/5/1995
1995	178/1995	Corauci Sobrinho PL/SP	Determina aos hospitais primários, secundários e ambulatorios médicos públicos e privados a obrigatoriedade de contar com cirurgiões-dentistas em seu corpo clínico	Proposição inativa. Publicação: DCN1 13 04 95 PAG 6343 COL 02. Última ação: arquivado em 1/10/1997
1995	5/1995	Adylson Motta PPR/RS	Determina a obrigatoriedade de os hospitais de grande porte contarem com cirurgiões-dentistas em seus corpos clínicos.	Proposição inativa. Publicação: Última ação: arquivado em 1/10/1997
1996	2651/1996	Arnaldo Madeira PSDB/SP	Dispõe sobre a ordem dos cirurgiões-dentistas do Brasil, a organização e competência do conselho federal e dos conselhos regionais de odontologia e da outras providencias.	Proposição inativa. Publicação: não foi encontrada a referência. Última ação: arquivado em 3/2/1999

Anexo I.3: Demandas de Regulação Profissional no Legislativo – 1970 / 2005 – Odontologia

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
1996	1405/1996	Leonel Pavan PDT/SC	Torna obrigatório o atendimento odontológico pelos planos e seguros de saúde privados aos seus associados	Proposição inativa. Publicação: DCD 24 01 96 PAG 2299 COL 01. Última ação: prejudicado em 14/10/1997
1997	2734/1997	Pinheiro Landim 2734/1997	Dispõe sobre a habilitação e o provisionamento de dentistas-práticos, regulamenta o exercício dessa profissão, e da outras providencias.	Proposição inativa. Publicação: DCD 07 02 97 PAG 4249 COL 01. Última ação: arquivado em 16/10/2000
1997	3805/1997	Marçal Filho PSDB/MS	Altera o artigo quarto da lei 4324, de 14 de abril de 1964, que institui o conselho federal e os conselhos regionais de odontologia, e da outras providencias. Explicação: incluindo dentre as competências dos conselhos de odontologia, o pronunciamento a respeito dos pedidos apresentados aos órgãos competentes para criação e reconhecimento de cursos de graduação em odontologia, em instituições de ensino superior	Proposição inativa. Publicação: não foi encontrada referência Última ação: arquivado em 25/5/2000
1998	4299/1998	Serafim Venzon PDT/SC	Altera o artigo quarto da lei 4324, de 14 de abril de 1964, que institui o conselho federal e os conselhos regionais de odontologia e da outras providencias. Explicação: incluindo como competência do conselho de odontologia, o pronunciamento a respeito dos pedidos para criação e reconhecimento de curso de graduação em odontologia	Proposição inativa. Publicação: DCD 14 04 98 PAG 9724 COL 01. Última ação: arquivado em 25/5/2000
1998	4210/1998	Zaire Rezende PMDB/MG	Institui a Residência em Saúde para todas as profissões da área da saúde.	Proposição inativa. Publicação: DCD 10 03 98 PÁG 5614 COL 02 Última ação: 13/8/2003
1999	1023/1999	Eduardo Paes PFL/RJ	Da nova redação ao parágrafo primeiro do artigo sexto da lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997. Explicação: (estabelecendo que os cirurgiões dentistas poderão chegar ao posto de contra-almirante dentro da escala hierárquica da marinha).	Proposição inativa. Publicação: DCD 24 08 99 PAG 36199 COL 01. Última ação: arquivado em 7/3/2001
1999	841/1999	Robson Tuma PFL/SP	Dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos. Explicação: exigindo que medico e dentista utilize a denominação comum brasileira - DCB - ou, na sua falta, a denominação comum internacional - DCI	Proposição ativa. Publicação: DCD 24 06 99 PAG 29693 COL 01. Última ação: remessa ao Senado Federal em 19/7/2005
2000	3696/2000	Marcos Cintra PL/SP	Institui a aprovação em exame obrigatório, como condição para o exercício da profissão de cirurgião-dentista.	Proposição inativa. Publicação: não foi encontrada referência Última ação: arquivado em 31/1/2003

Anexo I.3: Demandas de Regulação Profissional no Legislativo – 1970 / 2005 – Odontologia

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
2000	3504/2000	Rubens Bueno PPS/PR	Determina a obrigatoriedade dos hospitais de grande porte contarem com cirurgiões-dentistas em seus corpos clínicos.	Proposição inativa. Publicação: não foi encontrada referência Última ação: arquivado em 31/1/2003
2000	3250/2000	Adolfo Marinho PSDB/CE	Dispõe sobre a jornada de trabalho do Odontólogo (Cirurgião Dentista) da Administração Pública Federal Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais e dá outras providências. Explicação: reduzindo a jornada para quatro horas diárias.	Proposição ativa. Publicação: DCD 27/06/2000 PÁG 34326 COL 02. Última ação: remessa ao senado federal em 24/06/2002
2000	3109/2000	Adolfo Marinho PSDB/CE	Dispõe sobre a jornada de trabalho dos Cirurgiões Dentistas e determina outras providências.	Proposição inativa. Publicação: não foi encontrada referência Última ação: retirado pelo autor em 28/6/00
2001	5999/2001	Ricardo Izar PTB/SP	Dispõe sobre a residência odontológica obrigatória para o exercício profissional.	Proposição inativa. Publicação: DCD 28 03 02 PÁG 11483 COL 02 Última ação: arquivado em 31/1/2003
2001	5845/2001	Orlando Fantazzini PT/SP	Altera dispositivos da Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964, que "institui o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Odontologia, e dá outras providências". Explicação: Incluindo entre as competências do Conselho Regional de Odontologia a deliberação de inscrição e cancelamento de clínicas dentárias ou odontológicas, assim como aplicação de penalidades	Proposição ativa. Publicação: DCD 06/03/02 PAG 6016 COL 01 Última ação: 16/12/2004
2001	4732/2001	Serafim Venzon PDT/SC	Dispõe sobre a elaboração de tabela de honorários médicos, odontológicos e de outros profissionais como base mínima para contratos com as operadoras de planos de saúde.	Proposição inativa. Publicação: DCD 25 05 01 PÁG 23842 COL 02. Última ação: não foi encontrada.
2001	4104/2001	Lincoln Portela	Estabelece critérios informativos nas prescrições médicas e odontológicas.	Proposição ativa. Publicação: DCD 10 03 01 PÁG 1490 COL 01. Última ação: CCJC em 16/4/2003
2002	7448/2002	José Carlos Coutinho 31/1/2003	Estabelece normas para registro de diploma e inscrição nos Conselhos Profissionais dos graduados em Medicina, Enfermagem, Farmácia, Bioquímica, Odontologia e Fisioterapia .	Proposição inativa. Publicação: não foi encontrada referência Última ação: arquivado em 31/1/2003
2003	1929/2003	Carlos Nader PFL/RJ	Estabelece normas para registro de diploma e inscrição nos Conselhos Profissionais dos graduados em Medicina, Enfermagem, Farmácia, Bioquímica, Odontologia e Fisioterapia".	Proposição inativa. Publicação: DCD de 30/09/2003 PÁG 50936 COL 01. Última ação: arquivado em 1/8/2005

Anexo I.3: Demandas de Regulação Profissional no Legislativo – 1970 / 2005 – Odontologia

Ano	Projeto	Autor/Partido	Ementa	Publicação e situação
2003	1823/2003	Geraldo Resende PPS/MS	Proíbe a criação de novos cursos de Odontologia e a ampliação de vagas nos cursos existentes e dá outras providências.	Proposição ativa. Publicação: DCD 17 09 03 PÁG 47345 COL 01 Última ação: recebimento pela CEC, apensado ao PL 3340/00, em 9/12/2004
2003	1745/2003	Carlos Mota PL/MG	Dispõe sobre a obrigatoriedade de informações metrológicas que devem constar em laudos e resultados médicos e odontológicos para fins de diagnósticos produzidos por instrumentos, equipamentos e sistemas utilizados na emissão de laudos médicos e odontológicos e dá outras providências. Explicação: Obrigando a calibração dos instrumentos, equipamentos e sistemas utilizados na emissão de laudo ou resultado de exame médico.	Proposição ativa. Publicação: DCD 09 09 03 PÁG 44644 COL 02. Última ação: devolvido ao relator em 17/8/2005
2003	1627/2003	Feu Rosa Sem partido/ ES	Institui a aprovação em exame obrigatório como condição para o exercício da profissão de cirurgião-dentista.	Proposição ativa. Publicação: DCD 28 08 03 PÁG. 40579 COL 01 Última ação: arquivamento em 1/4/2004
2003	1120/2003	Ricardo Izar PTB/SP	Dispõe sobre a residência odontológica obrigatória para o exercício profissional.	Proposição ativa. Publicação: DCD 05/07/2003 PÁG 31195 COL 01. Última ação: devolvido ao relator em 24/6/2005
2003	957/2003	Comissão de Legislação Participativa	Dispõe sobre a especialização de odontólogos em Odontologia do Trabalho.	Proposição ativa. Publicação: DCD 21 05 03 PAG 21711 COL 01 Última ação: devolvido pelo CTASP sem manifestação, em 9/5/2005
2003	682/2003	Leo Alcantara PSBD/CE	Institui a aprovação em exame obrigatório, como condição para o exercício da profissão de cirurgião - dentista.	Proposição inativa. Publicação: DCD 25 04 03 PAG 16623 COL 02. Última ação: arquivado em 1/4/2004
2003	587/2003	Maninha PT/DF	Dispõe sobre a elaboração de tabela de honorários médicos, odontológicos e de outros profissionais, como base mínima para contratos com as operadoras de planos de saúde.	Proposição ativa Publicação: DCD 29 04 03 PÁG 17019 COL 02. Última ação: solicitada a apensação ao PL 4732/2001
2004	4344/2004	Alberto Fraga PTB/DF	Altera a Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964, para determinar o exame de habilitação para o exercício da Odontologia.	Proposição ativa. Publicação: DCD 25/11/04 PAG 50726 COL 01 Última ação: devolvido ao autor em 17/12/2004
2004	4189/2004	Carlos Nader PL/RJ	Dispõe sobre a instalação de setor destinado a prestação de serviços de odontologia nos hospitais públicos e dá outras providências.	Proposição ativa. Publicação: DCD de 08/10/2004 PÁG 43097 COL 01. Última ação: não foi encontrada.
2005			Nenhuma proposição encontrada	